



### Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sernancelhe – Parte IV – Secção III
<b>Descrição:</b>	Levantamento dos meios e recursos; contactos das várias entidades e despectivos intervenientes; modelos de comunicados, requisições, controlo e registo.
<b>Data de produção:</b>	10 de março de 2014
<b>Data da última atualização:</b>	07 de abril de 2015
<b>Versão:</b>	Versão 05
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Ricardo Almendra   Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente)
<b>Equipa técnica:</b>	Andreia Mota   Geógrafa (Desenvolvimento e Ambiente) Teresa Costa   Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território)
<b>Consultores:</b>	Rodrigo Silva   Técnico de Proteção Civil
<b>Equipa do Município:</b>	Eng. <sup>a</sup> Maria de Lurdes Ferreira Caiado Eng. <sup>a</sup> Sónia Marisa Capelo Alves de Matos
<b>Equipa da AMVDS:</b>	Eng. <sup>o</sup> Artur Silva   Secretário-geral da AMVDS
<b>Código de documento:</b>	377
<b>Estado do documento:</b>	Em elaboração
<b>Código do Projeto:</b>	052005902
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	PME_SERNANCELHE_P4_S3_V05



## ÍNDICE

### PARTE IV INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

#### SECÇÃO 3

<b>1</b>	<b>INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>LISTA DE CONTACTOS</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>MODELOS DE COMUNICADOS</b>	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO</b>	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO</b>	<b>50</b>
<b>7</b>	<b>LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO</b>	<b>52</b>
<b>8</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>55</b>
<b>9</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>63</b>
<b>10</b>	<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>65</b>

#### ÍNDICE RÁPIDO

1

INVENTÁRIO DE MEIOS E  
RECURSOS PÁG 2

2

LISTA DE  
CONTACTOS PÁG 24

3

MODELOS DE RELATÓRIOS E  
REQUISIÇÕES PÁG 37

4

MODELOS DE  
COMUNICADOS PÁG 46

5

LISTA DE CONTROLO DE  
ACTUALIZAÇÕES DO PLANO PÁG 48



## 1

## INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS

## 1.1 INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS MATERIAIS

## 1.1.1. ALIMENTAÇÃO

Alimentação				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Géneros Alimentares				
Agrupamento de Escolas de Sernancelhe	Alimentos	1.000 Kg	-	Alimentação
Material				



### 1.1.2. ALOJAMENTO TEMPORÁRIO

Alojamento Temporário				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Abrigos				
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Camas	10	-	Alojamento Temporário
Material				
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Colchões	10		Alojamento Temporário
	Lençóis	10		Alojamento Temporário
	Cobertores	10		Alojamento Temporário

### 1.1.3. COMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Comunicações de Emergência				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Telecomunicações				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Emissores e Recetores Portáteis	10	-	Comunicações de emergência
GNR - Posto Territorial de Sernancelhe	Emissores e Recetores Portáteis	4	-	Comunicações de emergência
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Emissores e Recetores Portáteis	1	-	Comunicações de emergência





Comunicações de Emergência				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa

#### 1.1.4. ENERGIA, ILUMINAÇÃO E COMBUSTÍVEIS

Energia, Iluminação e Combustíveis				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
<b>Energia</b>				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Geradores monofásicos	2	-	Produção de energia
Câmara Municipal de Sernancelhe	Geradores monofásicos	1	-	Produção de energia
	Geradores trifásicos	1	-	Produção de energia
GIPS - 3.ª Companhia	Geradores monofásicos	1	-	Produção de energia
<b>Iluminação</b>				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Torres de iluminação	2	-	Iluminação de emergência
	Balões	1	-	Iluminação de emergência
<b>Combustíveis</b>				
GNR - Posto Territorial de Sernancelhe	Gasóleo	3		Abastecimento de Combustível em Viaturas/ Outros



### 1.1.5. HIGIENE E LIMPEZA

Higiene e Limpeza				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Casas de Banho de Campanha				
Higiene				
Limpeza				

### 1.1.6. MATERIAL QUÍMICO

Material Químico				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Explosivos				



Material Químico				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Antipragas				
Gases				
Sal				
Outros				



### 1.1.7. MEIOS DE EXTINÇÃO, SOCORRO E SALVAMENTO

Meios de Extinção, Socorro e Salvamento				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
<b>Veículos de Socorro e Combate a Incêndios</b>				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios (VLCI)	2	-	Veículo dotado de bomba de serviço de incêndios, destinado prioritariamente à intervenção nos incêndios rurais e urbanos
	Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI)	2	-	Veículo dotado de bomba de serviço de incêndios, destinado prioritariamente à intervenção nos incêndios florestais e rurais
	Veículo Urbano de Combate a Incêndios (VUCI)	1	-	Veículo dotado de bomba de serviço de incêndios, destinado prioritariamente à intervenção nos incêndios em edificações, podendo intervir em operações de desencarceramento.
	Veículo Especial de Combate a Incêndios (VECI)	1	-	Veículo que utiliza equipamentos e produtos de extinção específicos, com ou sem bomba de incêndios, destinado prioritariamente à intervenção em espaços tecnológicos ou industriais
GIPS - 3.ª Companhia	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios (VLCI)	10	-	Veículo dotado de bomba de serviço de incêndios, destinado prioritariamente à intervenção nos incêndios rurais e urbanos
<b>Veículos de Apoio Logístico</b>				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Veículo Tanque Tático Urbano (VTU)	1	-	Veículo equipado com bomba serviço de incêndios e tanque (s) de agente extintor, para apoio a operações de socorro e assistência
<b>Veículos com Meios Elevatórios</b>				



Meios de Extinção, Socorro e Salvamento				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Veículos Técnicos de Socorro e Assistência				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Veículo de Socorro e Assistência Tático (VSAT)	1	-	Veículo equipado com material específico destinado à intervenção em operações de salvamento e desencarceramento que representam risco para vidas e bens
Veículos para Proteção de Bens e do Ambiente				
Veículos de Comando Operacional				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Veículo de Comando Tático (VCOT)	1	-	Veículo destinado ao reconhecimento e comando tático de operações de socorro
Veículos de Transporte de Pessoal				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Veículo de Transporte de Pessoal Geral (VTPG)	1	-	Veículo destinado ao transporte de pessoal operacional.
Veículo para Operações Específicas				



### 1.1.8. MORTUÁRIA

Mortuária				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Sacos				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Sacos Adultos	Sim	Quantidades Variáveis	-
	Sacos Crianças	Sim		-
Urnas				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Urnas Adultos	Sim	8	-
Equipamento para Necrotérios Provisórios				

### 1.1.9. OBRAS PÚBLICAS

Obras Públicas				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Câmara Municipal de Sernancelhe	Tratores	2	-	Obras Públicas
	Pás Carregadoras	1	-	Obras Públicas
	Retroescavadoras	1	-	Obras Públicas



Obras Públicas				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
	Camiões	2	-	Obras Públicas
	Betoneiras	1	-	Obras Públicas
	Martelos Pneumáticos	2	-	Obras Públicas
	Cilindros	1	-	Obras Públicas
	Compressores	2	-	Obras Públicas
	Motosserras	4	-	Obras Públicas
	Material para andaimes	15	-	Obras Públicas

### 1.1.10. PROTEÇÃO INDIVIDUAL E DESCONTAMINAÇÃO

Proteção Individual e Descontaminação				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Material de Descontaminação NRBQ				
Unidades de Descontaminação				



## 1.1.11. SAÚDE

Saúde				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Ambulâncias				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Ambulância de Transporte de Doentes (ABTD)	4	-	Veículo equipado para o transporte de um ou mais doentes em maca ou cadeira de transporte, por causas medicamente justificadas e cuja situação clínica não faça prever a necessidade de assistência durante o transporte.
	Ambulância de Transporte Múltiplo (ABTM)	1	-	Veículo destinado ao transporte de até 7 doentes em cadeiras de transporte ou cadeiras de rodas.
	Ambulância de Socorro (ABSC)	1	-	Veículo uni-maca com equipamento e tripulação que permite a aplicação de medidas de Suporte Básico de Vida (SBV), destinadas à estabilização e transporte de sinistrado ou doente que necessite de assistência durante o transporte.
Equipamento de Emergência				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Unidade Básica de Saúde	-	-	Prestação de cuidados médicos
Produtos Médicos				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Meios de electromedicina	Sim	Impossível determinar	Prestação de cuidados médicos
	Medicamentos	Sim	Impossível determinar	Prestação de cuidados médicos
	Vacinas, inoculações, antídotos e soros	Sim	Impossível determinar	Prestação de cuidados médicos
	Material de estabilização	Sim	Impossível determinar	Prestação de cuidados médicos





Saúde				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
	Gases medicinais	Sim	Impossível determinar	Prestação de cuidados médicos

### 1.1.12. SINALIZAÇÃO E AVISO

Sinalização e Aviso				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Material de Sinalização				
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Luminosos	Todas as viaturas estão equipadas com sinais luminosos e sonoros		Sinalização e Aviso
	Sonoros			Sinalização e Aviso
GNR - Posto Territorial de Sernancelhe	Luminosos	2	-	Sinalização e Aviso
	Sonoros	2	-	Sinalização e Aviso

### 1.1.13. TRANSPORTES

Transportes				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Aéreo				



Transportes				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Rodoviário				
Câmara Municipal de Sernancelhe	Veículo Ligeiro de Transporte Rodoviário de Passageiros	3	-	Transporte Rodoviário de Passageiros
	Veículo Pesado de Transporte Rodoviário de Passageiros	3	-	Transporte Rodoviário de Passageiros
	Veículo Ligeiro de Transporte Rodoviário de Mercadorias	6	-	Transporte Rodoviário de Mercadorias
	Veículo Pesado de Transporte Rodoviário de Mercadorias	2	-	Transporte Rodoviário de Mercadorias
GPS - 3.ª Companhia	Veículo Transporte Rodoviário de Passageiros	3	-	Transporte Rodoviário de Passageiros
	Veículo de Transporte Rodoviário Específico	10	-	Transporte Rodoviário Específico
GNR - Posto Territorial de Sernancelhe	Veículo Transporte Rodoviário de Passageiros	2	5	Transporte Rodoviário de Passageiros
	Veículo Todo o Terreno	1	5	Transporte Rodoviário Específico
Junta de Freguesia de Arnas	Veículo Transporte Rodoviário de Passageiros	1	5	Transporte Rodoviário de Passageiros
Aquático				



### 1.1.14. TRATAMENTO DE ÁGUA

Tratamento de Água				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Equipamento de Tratamento				
Equipamento de Armazenamento				

### 1.1.15. VESTUÁRIO E CALÇADO

Vestuário e Calçado				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Vestuário				
Calçado				



### 1.1.16. OUTROS MEIOS E RECURSOS MATERIAIS

Outros Meios e Recursos Materiais				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Outos				
Agrupamento de Escolas de Sernancelhe	Extintores	7	-	-
	Bocas-de-incêndio	3	-	-
	Sacos de Primeiros Socorros	2	-	-
	Caixa de Primeiros Socorros	1	-	-
Câmara Municipal de Sernancelhe	Kit de 1.ª Intervenção	1	500 L	Primeira intervenção em incêndios florestais
	Unidade Móvel de Saúde	1	-	Avaliação dos níveis de colesterol no sangue, índice de massa corporal, avaliação de diabetes, vacinação, avaliação da pressão arterial, etc.
Junta de Freguesia de Lamosa	Material de Primeiros Socorros	-	-	Primeiros Socorros



## 1.2 INVENTÁRIO DE INFRAESTRUTURAS

### 1.2.1. INFRAESTRUTURAS DE ALIMENTAÇÃO

Infraestruturas de Alimentação				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Confeção				
Agrupamento de Escolas de Sernancelhe	Cozinha	1	5	Confeção de Refeições
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Cozinha	1	-	Confeção de Refeições
Serviço				
Agrupamento de Escolas de Sernancelhe	Refeitório	1	100 Pessoas	Serviço de Refeições
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Refeitório	1	-	Serviço de Refeições

### 1.2.2. INFRAESTRUTURAS DE ALOJAMENTO

Infraestruturas de Alojamento				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Instalações de Recurso				
Agrupamento de Escolas de Sernancelhe	Salas	22	32/Sala	Alojamento Temporário
	Pavilhão	1	50	Alojamento Temporário



Infraestruturas de Alojamento				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Instalações de Recurso Sem Climatização	1	15	Alojamento Temporário
Câmara Municipal de Sernancelhe	Instalações de Recurso Com Climatização	2	-	Alojamento Temporário
	Instalações de Recurso Sem Climatização	1	-	Alojamento Temporário
Unidades Hoteleiras e Similares				

### 1.2.3. INFRAESTRUTURAS DE ARMAZENAMENTO

Infraestruturas de Armazenamento				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Locais de Armazenamento				
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Armazenamento Coberto	1	100 m²	Armazenamento Coberto
	Armazenamento Descoberto	1	100 m²	Armazenamento Descoberto
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Armazenamento Coberto	1	-	Armazenamento Coberto
	Armazenamento Descoberto	1	-	Armazenamento Descoberto
Câmara Municipal de Sernancelhe	Armazenamento Coberto	2	-	Armazenamento Coberto
	Armazenamento Descoberto	1	-	Armazenamento Descoberto



### 1.2.4. INFRAESTRUTURAS DE APOIO À GESTÃO DA EMERGÊNCIA

Infraestruturas de Apoio à Gestão da Emergência				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Instalações dos Serviços de Proteção Civil				
Instalações dos Agentes de Proteção Civil				
Instalações dos Organismos e Entidades de Apoio				

### 1.2.5. INFRAESTRUTURAS DE MORTUÁRIA

Infraestruturas de Mortuária				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Morgues				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Morgue	1	-	-



Infraestruturas de Mortuária				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Capelas Mortuárias				
Junta de Freguesia de Lamosa	Capelas Mortuárias	1	15/20	-
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Capela Mortuária	1	-	-
Agências Funerárias				
Locais de Enterramento				
Câmara Municipal de Sernancelhe	Cemitério	29	-	-
Junta de Freguesia de Lamosa	Cemitério	1	80	-
Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela	Cemitério	1	-	-
Locais de Cremação				





### 1.2.6. INFRAESTRUTURAS DE SAÚDE

Infraestruturas de Saúde				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Rede Hospitalar				
Farmácias				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Armazéns	1	-	-
	Laboratórios	1	-	-
Unidades de Diagnóstico Complementar				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Laboratório de análises	1	-	-
	Laboratório de imagiologia	1	-	-
Unidades de Sangue e Derivados				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Banco de sangue	1	-	-



### 1.2.7. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES

Infraestruturas de Transportes				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Aéreo				
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	Heliporto	1	2 Helicópteros	-
Terrestre				
Outros				

### 1.2.8. OUTRAS INFRAESTRUTURAS

Outras Infraestruturas				
Entidade	Tipo de Equipamento	Quantidade	Capacidade	Funções que Executa
Outras				



## 1.3 INVENTÁRIO DE RECURSOS HUMANOS

Entidade	Número				Observações
	Permanentes	Voluntários	Total	Mobilizáveis em caso de Emergência	
Agrupamento de Escolas de Sernancelhe	-	-	307	-	33 Docentes; 28 Não Docentes; 246 Alunos
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	8	60	68	68	-
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	8	60	68	68	-
Câmara Municipal de Sernancelhe	-	-	-	-	-
GIPS - 3.ª Companhia	-	-	67	-	2 Oficiais; 6 Sargentos; 59 Guardas
GNR - Posto Territorial de Sernancelhe	-	-	15	15	1 Sargento; 5 Cabos; 9 Guardas
Junta de Freguesia de Arnas	-	-	-	-	-
Junta de Freguesia de Faia	-	-	-	-	-
Junta de Freguesia de Lamosa	-	-	-	-	-
Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela	-	-	-	-	-
Centro Distrital de Segurança Social	1	-	1	1	
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Sernancelhe	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE	-	-	-	-	40 Médicos; 11+12/8 noite; 1 Farmacêutico; 5 Técnicos de Saúde; 1 Perito em Apoio Psicossocial



## 2

## LISTA DE CONTACTOS

## 2.1 AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL

Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe

Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe				
Morada:	Rua do Comércio			
Código Postal:	3640-233	Freguesia:		
Telefone:	254 595 455	Fax:	254 594 102	
Sítio:		Email:	<a href="mailto:bv.sernancelhe@gmail.com">bv.sernancelhe@gmail.com</a>	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Comandante			
Nome:	Luís Sérgio Gouveia Fonseca			
Telefone	Serviço:	254 595 455	Particular:	
Telemóvel	Serviço:	960 426 247	Particular:	960 174 286
Email:	<a href="mailto:bv.sernancelhe@gmail.com">bv.sernancelhe@gmail.com</a>		Fax:	254 594 102
Substituto	2.º Comandante			
Nome:	Emanuel José Lacerda Azevedo			
Telefone	Serviço:	254 595 455	Particular:	
Telemóvel	Serviço:	960 426 247	Particular:	927136999
Email:	<a href="mailto:ejazevedo@gmail.com">ejazevedo@gmail.com</a>		Fax:	
Substituto	Adjunto de Comando			
Nome:	Carlos Augusto Lopes Sobral			
Telefone	Serviço:	254 595 455	Particular:	254 595 694
Telemóvel	Serviço:	960 426 247	Particular:	96 41 61 548
Email:	<a href="mailto:adjsernancelhe@gmail.com">adjsernancelhe@gmail.com</a>		Fax:	



### GNR - Posto Territorial de Sernancelhe

GNR - Posto Territorial de Sernancelhe			
Morada:	Largo do Município, n.º 40		
Código Postal:	3640-219	Freguesia:	
Telefone:	254 595 200	Fax:	254 559 174
Sítio:	<a href="http://www.gnr.pt">www.gnr.pt</a>	Email:	<a href="mailto:ct.vis.dnbr.psnc@gnr.pt">ct.vis.dnbr.psnc@gnr.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
Representante	Comandante do Posto Territorial de Sernancelhe		
Nome:	Abel João Amaral Sarmento		
Telefone	Serviço:	254 595 200	Particular:
Telemóvel	Serviço:	961 195 209	Particular:
Email:	<a href="mailto:Saemento.aja@gnr.pt">Saemento.aja@gnr.pt</a>		Fax:
Substituto	Adjunto do Comandante do Posto Territorial de Sernancelhe		
Nome:	Joaquim Fernando Lopes Sobral		
Telefone	Serviço:	254 595 200	Particular:
Telemóvel	Serviço:	962 095 109	Particular:
Email:	<a href="mailto:Sobral.nfl@gnr.pt">Sobral.nfl@gnr.pt</a>		Fax:

### GIPS - 3.ª Companhia

GIPS - 3.ª Companhia				
Morada:	Estrada Nacional IE – Ribeira de Mide - Abraveses			
Código Postal:	3510-154 Viseu	Freguesia:		
Telefone:	961380062	Fax:		
Sítio:	<a href="mailto:Ui.gips.3c@gnr.pt">Ui.gips.3c@gnr.pt</a>	Email:		
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Comandante da 3.ª Companhia do GIPS			
Nome:	Capitão José Manuel Ferreira Lopes			
Telefone	Serviço:	961380023	Particular:	
Telemóvel	Serviço:		Particular:	
Email:	<a href="mailto:lopesjmf@gnr.pt">lopesjmf@gnr.pt</a>		Fax:	
Substituto	Adjunto do Comandante da 3.ª Companhia do GIPS			
Nome:	Pedro Alexandre Pinheiro Pinto			
Telefone	Serviço:	961380105	Particular:	
Telemóvel	Serviço:		Particular:	



GIPS - 3.ª Companhia			
<b>Email:</b>	<a href="mailto:Pinto.pap1@gnr.pt">Pinto.pap1@gnr.pt</a>	<b>Fax:</b>	

Hospital São Teotónio, EPE (Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE)

Hospital São Teotónio, EPE (Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE)			
<b>Morada:</b>	Av. Rei D. Duarte		
<b>Código Postal:</b>	3504 509 - Viseu	<b>Freguesia:</b>	
<b>Telefone:</b>	232 420 500	<b>Fax:</b>	232 420 591
<b>Sítio:</b>	<a href="http://www.hstviseu.min-saude.pt">www.hstviseu.min-saude.pt</a>	<b>Email:</b>	geral@hstviseu.min-saude.pt
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Presidente do Conselho de Administração		
<b>Nome:</b>	Carlos Fernando Ermida Rebelo		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 420 500	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	924 412 663	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:presidente@hstviseu.min-saude.pt">presidente@hstviseu.min-saude.pt</a>	<b>Fax:</b>	232 420 591
<b>Substituto</b>	Vogal Executivo		
<b>Nome:</b>	Ruben Manuel Antunes Tavares		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 420 500	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	919 975 114	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:ruben@hstviseu.min-saude.pt">ruben@hstviseu.min-saude.pt</a>	<b>Fax:</b>	232 420 591
<b>Substituto</b>	Vogal Executivo		
<b>Nome:</b>	Rui Manuel Lopes de Melo		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 420 500	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	966 788 902	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:rui.melo@hstviseu.min-saude.pt">rui.melo@hstviseu.min-saude.pt</a>	<b>Fax:</b>	232 420 500

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Sernancelhe

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Sernancelhe			
<b>Morada:</b>	Tapada da Calçada		
<b>Código Postal:</b>	3640-224	<b>Freguesia:</b>	
<b>Telefone:</b>	254 550 000	<b>Fax:</b>	254 550 009
<b>Sítio:</b>		<b>Email:</b>	cssernancelhe@srsvreal.min-saude.pt
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Coordenador da UCSP de Sernancelhe		



Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Sernancelhe				
<b>Nome:</b>	António José Leitão Canotilho			
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254 550 000	<b>Particular:</b>	
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>	965 031 432
<b>Email:</b>	<a href="mailto:coordenadorucspsernancelhe@srsvreal.min-saude.pt">coordenadorucspsernancelhe@srsvreal.min-saude.pt</a>		<b>Fax:</b>	
<b>Substituto</b>	Diretor Executivo			
<b>Nome:</b>	José Carlos Simões de Carvalho			
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254 600 140	<b>Particular:</b>	
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>	961 940 98
<b>Email:</b>	<a href="mailto:josesimoescarvalho@gmail.com">josesimoescarvalho@gmail.com</a>		<b>Fax:</b>	

## 2.2 ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO

### Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe				
Morada:	Rua do Comércio			
Código Postal:	3640-233	Freguesia:		
Telefone:	254 595 455	Fax:	254 594 102	
Sítio:		Email:	<a href="mailto:bv.sernancelhe@gmail.com">bv.sernancelhe@gmail.com</a>	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Presidente Direção da Associação			
Nome:	António Manuel Varela Roque			
Telefone	Serviço:	254 595 455	Particular:	254 595 176
Telemóvel	Serviço:	960 426 247	Particular:	936 511 048
Email:	<a href="mailto:bv.sernancelhe@gmail.com">bv.sernancelhe@gmail.com</a>		Fax:	
Substituto	Vice-presidente			
Nome:	Artur Manuel Nascimento Andrade			
Telefone	Serviço:	254 595 455	Particular:	
Telemóvel	Serviço:	960 426 247	Particular:	960 174 286
Email:			Fax:	
Substituto	Tesoureiro da Associação			
Nome:	Luís Sérgio Gouveia Fonseca			
Telefone	Serviço:	254 595 455	Particular:	



Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe				
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	960 426 247	<b>Particular:</b>	967 830 247
<b>Email:</b>	<a href="mailto:lsgfonseca@gmail.com">lsgfonseca@gmail.com</a>		<b>Fax:</b>	

#### Centro Distrital de Segurança Social

Centro Distrital de Segurança Social				
Morada:	Av. António José de Almeida, n.º 35			
Código Postal:	3514-509 Viseu	Freguesia:		
Telefone:	232 439 400	Fax:	232 439 401	
Sítio:		Email:		
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	-			
Nome:	Luísa Maria Cardoso Leite			
Telefone	Serviço:	232 439 491	Particular:	232 448 290
Telemóvel	Serviço:		Particular:	964 448 715
Email:	<a href="mailto:Luisa.m.leit@seg-social.pt">Luisa.m.leit@seg-social.pt</a>		Fax:	232 439 401

#### Agrupamento de Escolas de Sernancelhe

Agrupamento de Escolas de Sernancelhe				
Morada:	Rua Padre João Rodrigues, n.º 69			
Código Postal:	3640-290	Freguesia:		
Telefone:	254592272	Fax:	254559111	
Sítio:	<a href="http://aesernancelhe.com/">http://aesernancelhe.com/</a>	Email:	<a href="mailto:direccao@aesernancelhe.com">direccao@aesernancelhe.com</a>	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Diretora			
Nome:	Ana Maria Amélia Tavares Quelhas Faria			
Telefone	Serviço:	254592272	Particular:	
Telemóvel	Serviço:	935534702	Particular:	
Email:	<a href="mailto:direccao@aesernancelhe.com">direccao@aesernancelhe.com</a>		Fax:	
Substituto	Subdiretor			
Nome:	José Albano Albuquerque e Sousa			
Telefone	Serviço:	254592272	Particular:	
Telemóvel	Serviço:	935534701	Particular:	
Email:	<a href="mailto:direccao@aesernancelhe.com">direccao@aesernancelhe.com</a>		Fax:	
Substituto	Adjunto da Diretora			

#### ÍNDICE RÁPIDO

- |   |                                      |   |                           |   |  |   |                               |   |  |
|---|--------------------------------------|---|---------------------------|---|--|---|-------------------------------|---|--|
| 1 | INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS PÁG 2 | 2 | LISTA DE CONTACTOS PÁG 24 | 3 | MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES PÁG 37 | 4 | MODELOS DE COMUNICADOS PÁG 46 | 5 | LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO PÁG 48 |
|---|--------------------------------------|---|---------------------------|---|--|---|-------------------------------|---|--|





Agrupamento de Escolas de Sernancelhe			
<b>Nome:</b>	António Júlio da Silva Tavares		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254592272	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	935534703	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:direccao@aesernancelhe.com">direccao@aesernancelhe.com</a>		<b>Fax:</b>

## 2.3 ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS

### Câmara Municipal de Sernancelhe

Câmara Municipal de Sernancelhe			
<b>Morada:</b>	Rua Dr. Oliveira Serrão		
<b>Código Postal:</b>	3640-240	<b>Freguesia:</b>	
<b>Telefone:</b>	254 598 300	<b>Fax:</b>	254 598 318
<b>Sítio:</b>	<a href="http://www.cm-sernancelhe.pt">www.cm-sernancelhe.pt</a>	<b>Email:</b>	<a href="mailto:geral@cm-sernancelhe.pt">geral@cm-sernancelhe.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Presidente da Câmara		
<b>Nome:</b>	Carlos Silva Santiago		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254 598 300	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	969940177	<b>Particular:</b> 969940177
<b>Email:</b>	<a href="mailto:Carlos.silva@cm-sernancelhe.pt">Carlos.silva@cm-sernancelhe.pt</a>		<b>Fax:</b> 254 598 319
<b>Substituto</b>	Vereador		
<b>Nome:</b>	Carlos Manuel Ramos dos Santos		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254 598 300	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	968688371	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:Carlos.santos@cm-sernancelhe.pt">Carlos.santos@cm-sernancelhe.pt</a>		<b>Fax:</b> 254 598 319
<b>Substituto</b>	Vereador		
<b>Nome:</b>	Armando Manuel Aguiar Mateus		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254 598 300	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	969940793	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:Armando.mateus@cm-sernancelhe.pt">Armando.mateus@cm-sernancelhe.pt</a>		<b>Fax:</b> 254 598 319



#### Junta de Freguesia de Arnas

Junta de Freguesia de Arnas				
Morada:	Rua do Soitinho			
Código Postal:	3640 - 016	Freguesia:	Arnas	
Telefone:	254 591 121	Fax:	254 591 121	
Sítio:		Email:	jfreguesiaarnas@gmail.com	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Presidente da Junta de Freguesia			
Nome:	Luís Manuel Faustino Nobre dos Santos			
Telefone	Serviço:		Particular:	
Telemóvel	Serviço:	939023704	Particular:	
Email:			Fax:	

#### Junta de Freguesia de Faia

Junta de Freguesia de Faia				
Morada:	Largo do Bairro			
Código Postal:	3640 - 800	Freguesia:	Faia	
Telefone:	963 004 902	Fax:		
Sítio:		Email:		
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Presidente da Junta de Freguesia			
Nome:	Carlos Guilherme Gomes Teles			
Telefone	Serviço:		Particular:	254 581 151
Telemóvel	Serviço:	963 004 902	Particular:	963 004 902
Email:			Fax:	

#### Junta de Freguesia de Lamosa

Junta de Freguesia de Lamosa			
Morada:	Rua da Preguiça, n.º17		
Código Postal:	3640 - 140	Freguesia:	Lamosa
Telefone:	232 607 010	Fax:	232 607 010
Sítio:		Email:	<a href="mailto:freguesiadelamosa@gmail.com">freguesiadelamosa@gmail.com</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
Representante	Presidente da Junta de Freguesia		



Junta de Freguesia de Lamosa				
<b>Nome:</b>	Francisco José Gomes dos Santos			
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 607 010	<b>Particular:</b>	
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	931 742 463	<b>Particular:</b>	
<b>Email:</b>	<a href="mailto:chico.lamosa@gmail.com">chico.lamosa@gmail.com</a>		<b>Fax:</b>	
<b>Substituto</b>	-			
<b>Nome:</b>	Rui Manuel da Costa Gouveia			
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>	
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	938 712 914	<b>Particular:</b>	
<b>Email:</b>			<b>Fax:</b>	
<b>Substituto</b>	-			
<b>Nome:</b>	Ana Carina Gomes Amaral Salgueiro			
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>	
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	936 168 172	<b>Particular:</b>	
<b>Email:</b>			<b>Fax:</b>	

Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela

Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela				
Morada:	Largo Rossio, n.º 16			
Código Postal:	3640 - 110	Freguesia:	União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela	
Telefone:	254 597 390	Fax:	254 597 390	
Sítio:		Email:	<a href="mailto:j.ffarcada@gmail.com">j.ffarcada@gmail.com</a>	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Presidente da Junta de Freguesia			
Nome:	Ladislau Figueiredo Amaral			
Telefone	Serviço:	254 597 390	Particular:	254 597 656
Telemóvel	Serviço:		Particular:	963 414 856
Email:			Fax:	
Substituto	Tesoureiro da Junta de Freguesia			
Nome:				
Telefone	Serviço:		Particular:	
Telemóvel	Serviço:		Particular:	965 835 041
Email:			Fax:	
Substituto	Secretário da Junta de Freguesia			



Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela			
<b>Nome:</b>	António Coelho		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b> 964 505 066
<b>Email:</b>			<b>Fax:</b>

## 2.4 MUNICÍPIOS VIZINHOS

### Município de Tabuaço

Câmara Municipal de Tabuaço			
<b>Morada:</b>	Rua António José de Almeida, n.º 36		
<b>Código Postal:</b>	5120 - 413 Tabuaço	<b>Freguesia:</b>	
<b>Telefone:</b>	254 780 000	<b>Fax:</b>	254 789 142
<b>Sítio:</b>	<a href="http://www.cm-tabuaco.pt">www.cm-tabuaco.pt</a>	<b>Email:</b>	<a href="mailto:cm-tabuaco@cm-tabuaco.pt">cm-tabuaco@cm-tabuaco.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Presidente da Câmara Municipal		
<b>Nome:</b>	Carlos André Teles Paulo de Carvalho		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254 780 000	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	939 994 822	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:carlos.carvalho@cm-tabuaco.pt">carlos.carvalho@cm-tabuaco.pt</a>		<b>Fax:</b>
<b>Substituto</b>	Vice-Presidente		
<b>Nome:</b>	José Carlos Oliveira da Silva		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	254 780 000	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	933 334 821	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:josecarlos.silva@cm-tabuaco.pt">josecarlos.silva@cm-tabuaco.pt</a>		<b>Fax:</b>
<b>Substituto</b>	Vereador		
<b>Nome:</b>	Manuel dos Santos Costa		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>	914 508 667	<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>			<b>Fax:</b>



### Município de São João da Pesqueira

Câmara Municipal de São João da Pesqueira				
Morada:	Avenida Marquês de Soveral, 67			
Código Postal:	5130-321	Freguesia:		
Telefone:	254 489 999	Fax:	254 489 989	
Sítio:	<a href="http://www.sjpesqueira.pt">www.sjpesqueira.pt</a>	Email:	<a href="mailto:cmsjp@sjpesqueira.pt">cmsjp@sjpesqueira.pt</a>	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Presidente da Câmara			
Nome:	José António Fontão Tulha			
Telefone	Serviço:	254 489 999	Particular:	
Telemóvel	Serviço:		Particular:	
Email:			Fax:	254 489 989
Substituto	Vice-Presidente da Câmara			
Nome:	José Vítor Fernandes Sobral			
Telefone	Serviço:	254 489 999	Particular:	
Telemóvel	Serviço:		Particular:	
Email:			Fax:	254 489 989

### Município de Mêda

Câmara Municipal de Mêda				
Morada:	Largo do Município			
Código Postal:	6430-197 Mêda	Freguesia:		
Telefone:	279 880 040	Fax:	279 882 520	
Sítio:	<a href="http://www.cm-meda.pt">www.cm-meda.pt</a>	Email:	<a href="mailto:cmeda@cm-meda.pt">cmeda@cm-meda.pt</a>	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Presidente da Câmara			
Nome:	Anselmo Antunes de Sousa			
Telefone	Serviço:	279 880 040	Particular:	
Telemóvel	Serviço:		Particular:	
Email:			Fax:	279 882 520
Substituto	Vice-Presidente da Câmara			
Nome:	Paulo Jorge Santos Dias Esteves			
Telefone	Serviço:	279 880 040	Particular:	
Telemóvel	Serviço:		Particular:	279 882 520



Câmara Municipal de Mêda			
<b>Email:</b>		<b>Fax:</b>	

#### Município de Trancoso

Câmara Municipal de Trancoso			
<b>Morada:</b>	Praça do Município		
<b>Código Postal:</b>	6420-107 Trancoso	<b>Freguesia:</b>	
<b>Telefone:</b>	271 829 120	<b>Fax:</b>	271 812 189
<b>Sítio:</b>	<a href="http://www.cm-trancoso.pt">www.cm-trancoso.pt</a>	<b>Email:</b>	<a href="mailto:geral@cm-trancoso.pt">geral@cm-trancoso.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Presidente da Câmara		
<b>Nome:</b>	Amílcar José Nunes Salvador		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	271 829 120	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>			<b>Fax:</b> 271 812 189

#### Município de Aguiar da Beira

Câmara Municipal de Aguiar da Beira			
<b>Morada:</b>	Av. Liberdade		
<b>Código Postal:</b>	3570-018 Aguiar da Beira	<b>Freguesia:</b>	
<b>Telefone:</b>	232 689 100	<b>Fax:</b>	232 688 894
<b>Sítio:</b>	<a href="http://www.cm-aguiardabeira.pt">www.cm-aguiardabeira.pt</a>	<b>Email:</b>	<a href="mailto:geral@cm-aguiardabeira.pt">geral@cm-aguiardabeira.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Presidente da Câmara		
<b>Nome:</b>	Joaquim António Marques Bonifácio		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 689 100	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:joaquim.bonifacio@cm-aguiardabeira.pt">joaquim.bonifacio@cm-aguiardabeira.pt</a>	<b>Fax:</b>	232 688 894
<b>Substituto</b>	Vice-Presidente da Câmara		
<b>Nome:</b>	Rita da Cunha Mendes		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 689 100	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:rita.mendes@cm-aguiardabeira.pt">rita.mendes@cm-aguiardabeira.pt</a>	<b>Fax:</b>	232 688 894



### Município de Sátão

Câmara Municipal de Sátão			
Morada:	Praça Paulo V		
Código Postal:	3560-154 Sátão	Freguesia:	
Telefone:	232 980 000	Fax:	232 982 093
Sítio:	<a href="http://www.cm-satao.pt">www.cm-satao.pt</a>	Email:	<a href="mailto:geral@cm-satao.pt">geral@cm-satao.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
Representante	Presidente da Câmara		
Nome:	Alexandre Manuel Mendonça Vaz		
Telefone	Serviço:	232 980 000	Particular:
Telemóvel	Serviço:		Particular:
Email:	<a href="mailto:gap@cm-satao.pt">gap@cm-satao.pt</a>		Fax:

### Município de Moimenta da Beira

Câmara Municipal de Moimenta da Beira				
Morada:	Largo do Tabolado			
Código Postal:	3620-324 Moimenta da Beira	Freguesia:		
Telefone:	254 520 070 935 520 090	Fax:	254 520 071	
Sítio:	<a href="mailto:cmmbeira@cm-moimenta.pt">cmmbeira@cm-moimenta.pt</a>	Email:	<a href="mailto:geral@cm-moimenta.pt">geral@cm-moimenta.pt</a>	
Contactos dos Representantes e Substitutos				
Representante	Presidente da Câmara			
Nome:	José Eduardo Ferreira			
Telefone	Serviço:	254 520 070	Particular:	
Telemóvel	Serviço:	935 520 090	Particular:	
Email:			Fax:	254 520 071

## 2.5 OUTRAS ENTIDADES

### Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)			
<b>Morada:</b>	Av. do Forte em Carnaxide		
<b>Código Postal:</b>	2794 - 112 Carnaxide	<b>Freguesia:</b>	



Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)			
<b>Telefone:</b>	214 247 100	<b>Fax:</b>	214 247 180
<b>Sítio:</b>	<a href="http://www.proteccaocivil.pt">www.proteccaocivil.pt</a>	<b>Email:</b>	<a href="mailto:geral@prociv.pt">geral@prociv.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Presidente da ANPC		
<b>Nome:</b>	Francisco Grave Pereira		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	214 247 100	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:geral@prociv.pt">geral@prociv.pt</a>		<b>Fax:</b> 214 247 180

Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Viseu

Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Viseu			
<b>Morada:</b>	Avenida Alberto Sampaio, n.º17		
<b>Código Postal:</b>	3514-512 Viseu	<b>Freguesia:</b>	
<b>Telefone:</b>	232 484 230	<b>Fax:</b>	232 484 239
<b>Sítio:</b>		<b>Email:</b>	<a href="mailto:cdos.viseu@prociv.pt">cdos.viseu@prociv.pt</a>
Contactos dos Representantes e Substitutos			
<b>Representante</b>	Comandante Operacional Distrital		
<b>Nome:</b>	Lúcio Campos		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 484 230	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:cdos.viseu@prociv.pt">cdos.viseu@prociv.pt</a>		<b>Fax:</b> 232 484 239
<b>Substituto</b>	2.º Comandante Operacional Distrital		
<b>Nome:</b>	Henrique Pereira		
<b>Telefone</b>	<b>Serviço:</b>	232 484 230	<b>Particular:</b>
<b>Telemóvel</b>	<b>Serviço:</b>		<b>Particular:</b>
<b>Email:</b>	<a href="mailto:cdos.viseu@prociv.pt">cdos.viseu@prociv.pt</a>		<b>Fax:</b> 232 484 239





# 3

## MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES

### 3.1 MODELO DE RELATÓRIO DE SITUAÇÃO

 <b>RELATÓRIO DE SITUAÇÃO</b>					
<b>Ocorrência</b>					
<b>Tipo/Natureza</b>	<b>Data (DDhhmmMMAAAA)</b>				
<b>Localização</b>					
<b>Distrito</b>	Viseu				
<b>Concelho</b>	Sernancelhe				
<b>Freguesia</b>					
<b>Localidade</b>					
<b>Condições de Ocorrência</b>					
<b>Vítimas</b>					
<b>Mortos</b>	<b>Feridos Graves</b>	<b>Feridos Ligeiros</b>	<b>Desalojados</b>	<b>Desaparecidos</b>	<b>Evacuados</b>
<b>Danos em Edifícios</b>					



Danos	Hospitais	Escolas	Hotéis	Outros_____
Ligeiros				
Graves				
Destruídos				

  

Danos em Vias de Comunicação				
Danos	Rodoviárias	Ferrovárias	Aeródromos	Outros_____
Ligeiros				
Graves				
Destruídos				

  

Danos em Infraestruturas					
Danos	Comunicações	Abastecimento de água	Saneamento	Eleticidade	Combustíveis
Ligeiros					
Graves					
Destruídos					

  

Disponibilidade de Transportes		
Disponibilidade	Estações de Camionagem	Outros_____
Disponível		
Indisponível		

  

Disponibilidade de Comunicações					
Disponibilidade	Rede telefónica pública e móvel	Redes de rádio analógica PC	Redes privadas de agentes de PROCIV	SIRESP	Internet
Disponível					
Indisponível					

  

Necessidade de Socorro/Assistência Requerida		
Tipo	Necessário	Não Necessário
Assistência Médica		
Evacuação Médica		
Hospitais		
Postos de Socorro ou de Triagem		
Alimentação/Água		
Abrigos		
Alojamento		
Vestuário		
Meios de Transporte		
Combustíveis		
Equipamentos ou Viaturas Espaciais		
Material de Telecomunicações		



Outra _____		
Outra _____		
Forças Empenhadas e Disponíveis		
Empenhadas	Disponíveis	
Comentários Finais		
Identificação do Responsável		
Responsável	Data (DDhmmMMAAAA)	



### 3.2 MODELO DE REQUISIÇÃO

			<b>REQUISIÇÃO</b>		
<b>Entidade Requiritante</b>					
<b>Identificação</b>			<b>Data (DDhhmmMMAAAA)</b>		
<b>Produto/Equipamento/Serviço</b>					
<b>Especificação</b>	<b>Código</b>		<b>Quantidade solicitada</b>		
<b>Finalidade da Requisição</b>					
<b>Identificação do Responsável</b>					
<b>Responsável</b>					
<b>Data (DDhhmmMMAAAA)</b>					



### 3.3 MODELO DE DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL



#### DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERNANCELHE

Data (dd/mm/aaaa)	
Hora (hh/mm)	

#### 1. NATUREZA DO EVENTO

Na sequência da ocorrência (ou iminência) de *(indicar a situação de acidente grave ou catástrofe)* \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 causando *(indicar as consequências)* \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ é  
 declarada a situação de alerta, pelo **Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe**, nos termos do  
 disposto no n.º 1, do artigo 13.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil).

#### 2. ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

A presente declaração da situação de alerta tem uma abrangência territorial de *(indicar a abrangência em ha ou km²)* \_\_\_\_\_, correspondendo à(s) freguesia(s) de *[indicar a(s) freguesia(s) abrangida(s)]*, \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ do concelho de  
 Sernancelhe, e produz efeitos imediatos, sendo válida por um período estimado de *(indicar o número de dias)* \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ dias a contar da data de assinatura, sem prejuízo de prorrogação na medida do que  
 a evolução da situação concreta o justificar.



### 3. CONVOCATÓRIA DA CMPC

Para os efeitos do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 27/2006, foi convocada a CMPC de Sernancelhe para reunião extraordinária, tendo em vista, nomeadamente, proceder à coordenação política e institucional das ações a desenvolver e decidir quanto à ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC).

#### 4. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLO DOS MEIOS E RECURSOS

A Estrutura de Coordenação e Controlo na situação de alerta declarada é a Comissão Municipal de Proteção Civil de Sernancelhe, a qual recorrerá aos meios disponíveis e previstos no PMEPC.

Em cada teatro de operações, o comando operacional será assumido pelo Comandante das Operações de Socorro (COS), o qual se articulará com a CMPC através dos mecanismos previstos no PMEPC.

## 5. MEDIDAS A ADOTAR

Os procedimentos a utilizar para a coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos recursos a utilizar, são os previstos no PMEPC, o qual define também os procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.

### 5.1. MEDIDAS PREVENTIVAS E MEDIDAS ESPECIAIS DE REAÇÃO

Sem prejuízo do disposto no PMEPC, adotam-se, ainda, as seguintes medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação: *(Indicar quais as medidas / procedimentos a implementar, especificando, caso se entenda útil, as entidades responsáveis pelas mesmas)*

[illegible]

(Indicar, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população)

(Indicar, caso se considere necessário, as principais mensagens a difundir à população)

Os avisos à população serão efetuados seguindo os procedimentos e os meios previstos no PMEPC.

A Estrutura de Coordenação e Controlo deverá elaborar relatórios, sobre o grau de implementação das medidas preventivas e/ou especiais de reação, de acordo com a seguinte tipologia: *(colocar uma X de acordo com os relatórios a produzir)*

- ☐ Relatórios Imediatos de Situação (RELIM)
- ☐ Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER) - Periodicidade: \_\_\_\_ horas
- ☐ Relatórios Diários de Situação (REDIS) – A emitir diariamente às \_\_\_\_ horas

Os relatórios seguem o modelo previsto no PMEPC.



## 7. DEVERES DE COLABORAÇÃO

7.1. No âmbito do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 27/2006, é obrigatório o cumprimento das disposições decorrentes da emissão desta declaração da situação de alerta por parte de:

- a) Cidadãos e demais entidades privadas que têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil, observando as disposições preventivas das leis e regulamentos, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes;*
- b) Funcionários e agentes do Estado e das pessoas coletivas de direito público, bem como dos membros dos órgãos de gestão das empresas públicas, que têm o dever especial de colaboração com os organismos de proteção civil;*
- c) Responsáveis pela administração, direção ou chefia de empresas privadas cuja laboração, pela natureza da sua atividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento têm, igualmente, o dever especial de colaboração com os órgãos e agentes de proteção civil.*

7.2. A desobediência e resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas na vigência e no âmbito da situação de alerta declarada, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.

7.3. A violação do previsto nas alíneas b) e c) de 7.1 implica, consoante os casos, responsabilidade criminal e disciplinar, nos termos da lei.

7.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 27/2006, todos os cidadãos e demais entidades privadas, estão obrigados, na área abrangida pela presente declaração, a prestar às autoridades de proteção civil, a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações.

## 8. OBRIGAÇÃO ESPECIAL DE COLABORAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nos termos do n.º 2, do artigo 15.º, da Lei n.º 27/2006, a presente declaração da situação de alerta determina a obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a Estrutura de Coordenação prevista no âmbito desta declaração, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.



**9. PUBLICAÇÃO**

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação pública na página da internet do município (Sernancelhe).

Sernancelhe, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe,

\_\_\_\_\_  
(Nome)



## 4

## MODELOS DE COMUNICADOS



## COMUNICADO

## Natureza da Ocorrência

Localização Espacial	Localização Temporal	Causas Associadas

## Efeitos da Ocorrência

--

## Meios Empenhados no Terreno

Humanos	Materiais

## ÍNDICE RÁPIDO

1

INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS PÁG 2

2

LISTA DE CONTACTOS PÁG 24

3

MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES PÁG 37

4

MODELOS DE COMUNICADOS PÁG 46

5

LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO PÁG 48



Orientações à População		
Medidas de Autoproteção	Regras de Evacuação	Outras

Previsão da Evolução da Situação

Próximo Comunicado	
Data/Hora (DDhhmmMMAAAA)	

Identificação do Responsável	
Responsável	
Data (DDhhmmMMAAAA)	



## 5

## LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO

CONTROLO DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO			
ALTERAÇÃO		APROVAÇÃO	
Número da Versão		Entidade	
Identificação da alteração			
Data		Data	

  

ALTERAÇÃO		APROVAÇÃO	
Número da Versão		Entidade	
Identificação da alteração			
Data		Data	

  

ALTERAÇÃO		APROVAÇÃO	
Número da Versão		Entidade	
Identificação da alteração			
Data		Data	



ALTERAÇÃO		APROVAÇÃO	
Número da Versão		Entidade	
Identificação da alteração			
Data		Data	

  

ALTERAÇÃO		APROVAÇÃO	
Número da Versão		Entidade	
Identificação da alteração			
Data		Data	

  

ALTERAÇÃO		APROVAÇÃO	
Número da Versão		Entidade	
Identificação da alteração			
Data		Data	



## 6

## LISTA DE REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO		
Tipo de Exercício	CPX	LIVEX
Cenário		
Local		
Data		
Agentes, Organismos e Entidades Envolvidas		



Meios e Recursos Envolvidos	
Humanos	
Materiais	

Ensinaamentos Recolhidos para Futuras Revisões do Plano



## 7

## LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO			
Entidade	Responsável	Data de Receção (AAAA/MM/DD)	Versão do Plano
Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	Luís Sérgio Gouveia Fonseca		
GNR - Posto Territorial de Sernancelhe	Abel João Amaral Sarmento		
GIPS - 3.ª Companhia	Capitão José Manuel Ferreira Lopes		
Forças Armadas - Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) Lamego	-		
Autoridade Marítima Nacional - Capitania do Porto do Douro	-		
Autoridade Marítima Nacional - Comando Local da Polícia Marítima do Douro	-		
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)	-		
Autoridade de Saúde de Nível Municipal	-		
Hospital São Teotónio, EPE (Centro Hospitalar Tondela - Viseu, EPE)	Carlos Fernando Ermida Rebelo		
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Sernancelhe	António José Leitão Canotilho		
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe	António Manuel Varela Roque		
Polícia Judiciária (PJ) – Diretoria do Centro;	-		
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) – Delegação Regional de Viseu.	-		
INML - Gabinete Médico Legal	-		
Centro Distrital de Segurança Social de Viseu	Luísa Maria Cardoso Leite		
Centro Social de Nossa Senhora da Lapa	-		
Centro Social Paroquial da Fonte de Arcada	-		
Centro Social Paroquial da Lamosa	-		
Centro Social Paroquial de Carregal	-		
Centro Social Paroquial de Ferreirim	-		
Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe	-		

## ÍNDICE RÁPIDO

1

INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS PÁG 2

2

LISTA DE CONTACTOS PÁG 24

3

MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES PÁG 37

4

MODELOS DE COMUNICADOS PÁG 46

5

LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO PÁG 48





## LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO

Entidade	Responsável	Data de Receção (AAAA/MM/DD)	Versão do Plano
Ambula	-		
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	-		
EDP - Distribuição	-		
BEIRAGÁS - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	-		
Estradas de Portugal, S.A.	-		
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	-		
Operadores de Transportes Coletivos	-		
Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM)	-		
Portugal Telecom (PT)	-		
Operadores de Telecomunicações (OPTIMUS, TMN, VODAFONE)	-		
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	-		
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	-		
Direção Regional da Economia do Centro (DRE- Centro)	-		
Ministério Público (MP)	-		
IRN - Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial/Cartório Notarial de Sernancelhe	-		
Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)	-		
Direção Regional de Educação do Centro (DREC)	-		
Agrupamento de Escolas de Sernancelhe	Ana Maria Amélia Tavares Quelhas Faria		
Câmara Municipal de Sernancelhe	Carlos Silva Santiago		
Junta de Freguesia de Arnas	Luís Manuel Faustino Nobre dos Santos		
Junta de Freguesia de Carregal	-		
Junta de Freguesia de Chosendo	-		
Junta de Freguesia de Cunha	-		
Junta de Freguesia de Faia	Francisco José Gomes dos Santos		
Junta de Freguesia de Granjal	-		
Junta de Freguesia de Lamosa	Rui Manuel da Costa Gouveia		
Junta de Freguesia de Quintela	-		



LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO			
Entidade	Responsável	Data de Receção (AAAA/MM/DD)	Versão do Plano
Junta de Freguesia da União das Freguesias de Ferreirim e Macieira	-		
Junta de Freguesia da União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela	Ladislau Figueiredo Amaral		
Junta de Freguesia da União das Freguesias de Penso e Freixinho	-		
Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda e Vila da Ponte	-		



# 8

## LEGISLAÇÃO

### 8.1 LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE

**Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio** – Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, que cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e procede à respetiva republicação.

**Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro** - Aprova a Orgânica do Ministério da Administração Interna.

**Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro** - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.

**Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro** - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública, liquida o património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos respetivos funcionários.

**Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto** - Aprova a Lei de Segurança Interna.

**Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho** – Cria uma conta de emergência que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade pública.

**Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro** - Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública, liquida o património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos respetivos funcionários).

**Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de março** - Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março).

**Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho** – Cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) e estabelece a sua estrutura, respetivas competências e funcionamento, bem como normas e procedimentos a desenvolver em situação de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

**Lei n.º 27/2006, de 3 de julho** – Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil (com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República).



## 8.2 LEGISLAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

**Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 344/2008, de 17 de outubro** – Estabelece as normas de funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional.

**Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho** – Estabelece os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

**Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro** – Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens.

**Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho** – Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.

**Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 97/2007, de 16 de maio** – Estabelece as regras de referência para ativação do estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), sendo aplicável às organizações integrantes daquele Sistema.

**Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho** – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica.

**Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de julho** – Estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de proteção.

**Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro** – Estabelece o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo (com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 399/99, de 14 de outubro).

**Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro** – Estabelece o Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo, dirigido pelo Ministro da Defesa Nacional (com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 399/99, de 14 de outubro).

## 8.3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

### 8.3.1. CORPOS DE BOMBEIROS

**Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho** - Define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2009, de 4 de agosto; Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro e Declaração de Retificação n.º 3/2013, de 18 de janeiro).

**Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho** - Define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território continental (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de Novembro e Declaração de Retificação n.º 4/2013, de 18 de janeiro).



### 8.3.2. POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto** - Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública.

### 8.3.3. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

**Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro** - Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

### 8.3.4. FORÇAS ARMADAS

Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA)

**Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro** - Aprova a Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Estado-Maior da Armada (EMA)

Decreto-Lei n.º 233/2009, de 15 de setembro - Aprova a Orgânica da Marinha.

Estado-Maior do Exército (EME)

Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro - Aprova a Orgânica do Exército.

Estado-Maior da Força Aérea (EMFA)

Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de setembro - Aprova a Orgânica da Força Aérea.

### 8.3.5. AUTORIDADE MARÍTIMA

**Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março** - Cria o sistema da autoridade marítima (SAM) definindo a sua organização e atribuições e cria igualmente a Autoridade Marítima Nacional, estrutura superior de administração e coordenação dos órgãos e serviços que, integrados na Marinha, possuem competências ou desenvolvem ações enquadradas no SAM.

**Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março** - Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima (SAM), as atribuições, a estrutura e a organização da Autoridade Marítima Nacional, criando no seu âmbito a Direcção-Geral da Autoridade Marítima, e dispõe sobre as respetivas, competências, departamentos, funcionamento e pessoal.



### 8.3.6. AUTORIDADE AERONÁUTICA

**Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de abril** - Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC, I.P.), e define as respetivas atribuições, órgãos e competências.

### 8.3.7. INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA (INEM)

**Decreto-Lei n.º 34/2012, de 14 de fevereiro** - Aprova a orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

### 8.3.8. CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (CVP)

**Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de Agosto** - aprova o regime jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e os respetivos Estatutos.

## 8.4 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA POR CADA TIPO DE RISCO

### 8.4.1. RISCOS NATURAIS

#### 8.4.1.1. SISMOS

**Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio** - Aprova o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes.

**Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de março** - Estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação.

#### 8.4.1.2. RADIOLÓGICOS (RADÃO)

**Recomendação da Comissão 90/143/EURATOM, de 21 de fevereiro** – Proteção da população contra a exposição interior ao radão.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Aprova a Lei da Água.

**Decreto-Lei n.º 79/2006, de 4 de abril** - Aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE).



**Decreto-Lei n.º 222/2008, de 17 de novembro** - Fixa as normas de segurança de base relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.

#### 8.4.1.3. MOVIMENTOS DE MASSA

**Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto** – Estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional;

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro** - Orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) a nível municipal.

#### 8.4.1.4. CHEIAS E INUNDAÇÕES

**Decreto-Lei nº 364/98, 21 de novembro** – Regulamenta a cartografia de zonas inundáveis, abrangendo os perímetros urbanos, para serem considerados nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT).

Decreto-Regulamentar n.º 19/2001, de 10 de dezembro – Aprova o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro.

Decreto-Lei nº 112/2002, de 17 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água.

**Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto** – Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

**Resolução da Assembleia da república n.º 15/2008, de 21 de abril** - Recomenda ao Governo a urgente avaliação preliminar das situações de risco de inundações em cada distrito e nas Regiões Autónomas e, com base nessa avaliação, a elaboração de um Plano Nacional de Redução do Risco de Inundações.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro** - Orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) a nível municipal.

#### 8.4.1.5. SECAS

**Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2005, de 19 de abril** - Aprova o Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca 2005.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Aprova a Lei da Água.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 março** - - Aprova medidas urgentes tendo em conta a atual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas.



## 8.4.2. RISCOS MISTOS

### 8.4.2.1. INCÊNDIOS FLORESTAIS

Portaria que define o período crítico no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

**Despacho n.º 4345/2012, de 15 de março** - Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).

**Despacho n.º 14031/2009, de 18 de maio** - Regulamento do Fogo Técnico publicado em anexo ao Despacho n.º 30/90, de 30 de Maio de 2009, da Autoridade Florestal Nacional, que integra o presente ato.

**Portaria n.º35/2009, de 16 de janeiro** - Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Dispositivo de Prevenção Estrutural.

**Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro** - Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios e procede à sua republicação.

**Lei n.º 20/2009, de 12 de maio** - Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.

**Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio** – aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

**Lei n.º 12/2006, de 4 de abril** - Autoriza o Governo a legislar sobre o regime das infrações das normas estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

### 8.4.2.2. DEGRADAÇÃO DOS SOLOS

**Lei nº 11/87, de 7 de abril** – Lei de Bases do Ambiente.

**Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro** - Aprova o regime geral da gestão de resíduos. Cria o Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), estabelecendo o seu funcionamento, bem como a Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER), à qual define as suas competências.

**Despacho n.º 8277/2007, de 2 de março** - Aprova a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais.

**Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho** - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.

**Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto** – Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

**Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto** - Estabelece o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição e regula o procedimento de licença ambiental.





**Decreto-lei n.º 214/2008, de 10 de novembro** - Estabelece o regime do exercício da atividade pecuária (REAP).

**Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março** - Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

**Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho** - Estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos.

**Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro** - Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correta utilização.

### 8.4.3. RISCOS TECNOLÓGICOS

#### 8.4.3.1. INCÊNDIOS URBANOS

**Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro** - Estabelece o "Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios".

**Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro** - Publica o "Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios".

**Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 março** - Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2001, de 10 agosto** - Cria a Comissão de Acompanhamento Permanente das Condições de Segurança nas Discotecas e Estabelecimentos de Diversão Noturna Afins (CACSD).

**Portaria n.º 1372/2001 (2ª Série), de 24 de julho** - Aprova as medidas de segurança contra riscos de incêndio a observar nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços com área inferior a 300 m².

**Decreto Regulamentar nº 10/2001, de 7 junho** - Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios.

#### 8.4.3.2. ACIDENTES INDUSTRIAIS GRAVES

**Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de julho** - Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.

**Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de outubro** - Estabelece o regime de exercício da atividade industrial (REAI).

**Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro** - estabelece o "Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios".



**Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro** - publica o "Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios".

#### **8.4.3.3. COLAPSO DE ESTRUTURAS (BARRAGENS, DIQUES, PONTES E VIADUTOS)**

**Decreto-Lei nº 235/83, de 31 de maio** – Aprova o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes.

**Portaria nº 847/93, de 10 de setembro** – Normas de observação e inspeção de barragens.

**Decreto-Lei nº 344/2007, de 15 de outubro** – Regulamento de Segurança de Barragens (RSB).

### **8.5 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS AUTARQUIAS**

**Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro** - Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas e altera o Estatuto do Ministério Público.

**Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro** - Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro - Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública, liquida o património dos governos civis e define o regime legal aplicável aos respetivos funcionários).

**Despacho n.º 14254-A/2007, de 27 de junho** - Aprova o Regulamento do Programa de Aquisição de Equipamento de Primeira Intervenção no Combate aos Incêndios Florestais.

**Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto** - Aprova a lei da Estabilidade orçamental. Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, a Lei de Finanças Locais e a Lei de Finanças das Regiões Autónomas

**Lei n.º 15/2001, de 5 de junho** - Reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo Regime Geral para as Infrações Tributárias (RGIT).

**Declaração de Retificação n.º 13/98, de 25 de agosto** - De ter sido retificada a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (Lei das Finanças Locais).

**Lei n.º 18/91, de 12 junho** – Altera o regime de atribuições das autarquias locais e das competências dos respetivos órgãos.

**Decreto-Lei n.º 363/88, de 14 de outubro** - Disciplina a concessão de auxílio financeiro do Estado às autarquias locais.



## 9

## BIBLIOGRAFIA

**ANPC** (2008) Manual de Apoio à Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, Cadernos Técnicos PROCIV, ANPC/Direção Nacional de Planeamento de Emergência, 48p.

**ANPC** (2009) Glossário de Proteção Civil, acedido em <http://www.proxiv.pt/GLOSSARIO> - consultado a 15 de setembro de 2013.

**ANPC** (2009) Guia metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal; Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Instituto Geográfico Português; 93p.

**ANPC** (2009) Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil, Cadernos Técnicos PROCIV, ANPC/Direção Nacional de Planeamento de Emergência, 28p.

**ANPC** (2010) Diretiva Operacional Nacional n.º1 – Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS); 60p.

**ANPC** (2012) Guia para o Planeamento e Condução de Exercícios no Âmbito da Proteção Civil, Cadernos Técnicos PROCIV, ANPC/Direção Nacional de Bombeiros, 50p.

**CANCELA D'ABREU, A.** (1989), Caracterização do sistema biofísico com vista ao ordenamento do território; Dissertação de Doutoramento; Universidade de Évora; acedido em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9461/1/Alexandre%20d'orey%20Cancela%20d'Abreu%20-%2051927.pdf> - consultado a 05 de novembro de 2014.

**I.N.E.** (2009) População Residente; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6259> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**I.N.E.** (1994) População Presente; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2707> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**I.N.E.** (1994) Densidade Populacional; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5008> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**I.N.E.** (2009) Alojamento; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6067> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**I.N.E.** (2009) Alojamento; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6067> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**I.N.E.** (2009) Edifício; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6894> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**I.N.E.** (2009) Área Mediamente Urbana; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5717> - consultado a 13 de agosto de 2013.



**I.N.E.** (2009) Área Predominantemente Urbana; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6170> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**I.N.E.** (2009) Área Predominantemente Rural; acedido em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5716> - consultado a 13 de agosto de 2013.

**MAGALHÃES**, M. R. (2001) A Arquitetura Paisagista Morfologia e Complexidade; Editorial Estampa; Lisboa; 525 pp.

**MUNICÍPIO DE SERNANCELHE** (2007) Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Caderno I e II.

**SAMPAIO**, E. (2005) Noções de Cartografia; Departamento de Geociências; Universidade de Évora; acedido em [home.dgeo.uevora.pt/~ems/files/Anexo%20B-05.PDF](http://home.dgeo.uevora.pt/~ems/files/Anexo%20B-05.PDF) - consultado a 05 de novembro de 2014.

**SENOS**, M. L.; **CARRILHO**, F. (2003) Sismicidade de Portugal Continental; Física de la Tierra; n.º 15; p. 93-110; Divisão de Sismologia/ Instituto de Meteorologia; Lisboa.



## 10

## GLOSSÁRIO

Para os principais conceitos utilizados ao longo do documento foi realizada uma breve descrição de cada um deles, pelo que a este respeito deverá ser consultado o glossário da ANPC, disponível em:

[www.prociv.pt/GLOSSARIO](http://www.prociv.pt/GLOSSARIO)

A	
Conceito	Descrição
<b>Abrigo</b>	Instalação adaptada para acolher pessoas vítimas de uma emergência real ou iminente, por um período de tempo determinado.
<b>Aceiro</b>	Conjunto de faixas mantidas propositadamente desarborizadas, com pelo menos 10 metros de largura (sistemas silvo-lenhosos) ou 6-10 metros de largura (sistemas agrossilvo-pastoris), com vista à compartimentação da superfície florestal para efeitos de gestão ou defesa da floresta contra incêndios.
<b>Acidente</b>	Evento ou sequência de eventos não planeados, por vezes previsíveis, suscetíveis de provocar perdas ou danos humanos, materiais ou ambientais.
<b>Acidente Grave</b>	É um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente.
<b>Acidente Grave (envolvendo substâncias perigosas)</b>	Um acontecimento, designadamente uma emissão, um incêndio ou uma explosão de graves proporções, resultante do desenvolvimento não controlado de processos durante o funcionamento de um estabelecimento abrangido pelo presente Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, que provoque um perigo grave, imediato ou retardado, para a saúde humana, no interior ou no exterior do estabelecimento, ou para o ambiente, que envolva uma ou mais substâncias perigosas.
<b>Acidente Químico ou Industrial</b>	Libertação ou derrame não planeado de substâncias químicas perigosas durante a produção, o transporte ou o manuseamento das mesmas.
<b>Acidente Tecnológico</b>	Ocorrência súbita e não planeada causada pela atividade humana, que origina danos graves no Homem e no ambiente. Pode-se tratar de um acidente químico ou nuclear.



Conceito	Descrição
<b>Agentes de Proteção Civil</b>	<p>São agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias os Corpos de Bombeiros, os Sapadores Florestais, as Forças de Segurança; as Forças Armadas, as Autoridades Marítima e Aeronáutica, o INEM e outros serviços de saúde.</p> <p>Para além dos Agentes de Proteção Civil, têm dever especial de cooperação as Associações humanitárias de bombeiros voluntários, os Serviços de segurança, o Instituto Nacional de Medicina Legal, as Instituições de segurança social, as Instituições com fins de socorro e de solidariedade, os Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente, os Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos.</p> <p>Os agentes e as entidades acima referidos, em situação de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, articulam-se operacionalmente nos termos do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) sem prejuízo das suas estruturas próprias de direção, comando e chefia.</p>
<b>Água Superficial</b>	Toda a água que se escoia ou é armazenada na superfície terrestre.
<b>Alarme</b>	Sinal, dispositivo ou sistema que tem por finalidade avisar sobre um perigo ou risco iminente.
<b>Alerta</b>	Comunicação que indica aproximação de perigo com iminência inferior à da mensagem de Aviso.
<b>Alerta, Declaração de</b>	<p>A situação de alerta pode ser declarada quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação. O ato de declarar a situação de alerta corresponde ao reconhecimento da adoção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar o grau mais baixo de perigo, atual ou potencial (quando inserido numa cadeia com grau crescente de perigo: alerta, contingência e calamidade). O poder para declarar a situação de alerta, consoante a extensão territorial do acidente grave e/ou catástrofe, é da competência do presidente da câmara municipal, do Comandante Operacional Distrital de Operações de Socorro ou do Ministro da Administração Interna. A declaração de situação de alerta pode reportar-se a qualquer parcela do território, adotando um âmbito inframunicipal, municipal, supra municipal ou nacional. A declaração da situação de alerta menciona expressamente a natureza do acontecimento que a originou, o âmbito temporal e territorial e a estrutura de coordenação e controlo dos meios e recursos a disponibilizar.</p>
<b>Albufeira</b>	O volume de água retido pela barragem (conteúdo) ou terreno que circunda o mesmo volume (continente), ou ambos, devendo o sentido, em cada caso, ser deduzido do contexto.
<b>Área de Atuação</b>	Área geográfica predefinida, na qual um corpo de bombeiros opera regularmente e ou é responsável pela primeira intervenção; cada corpo de bombeiro tem a sua área de atuação definida pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros, e de acordo com certos princípios regulados por Lei.
<b>Autoproteção</b>	Medidas individuais, familiares ou da comunidade, tendentes a prevenir ou a minimizar danos humanos, materiais ou ambientais, em caso de desastre.



Conceito	Descrição
<b>Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)</b>	<p>Surgiu da reestruturação do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil em 2007.</p> <p>Faz parte do sistema de proteção civil tendo por missão planear, coordenar e executar a política de proteção civil, designadamente na prevenção e reação a acidentes graves e catástrofes, na proteção e socorro de populações e na superintendência da atividade dos bombeiros.</p> <p>É um serviço central, da administração direta do Estado, de natureza operacional, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, na dependência do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.</p> <p>Fazem parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) os Serviços Centrais (Sede), onde se inclui o Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) e 18 Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS).</p>
<b>Aviso</b>	<p>Comunicação feita por qualquer dos órgãos operacionais do sistema de proteção civil, dirigida à população afetada por uma emergência.</p> <p>Pretende fornecer informação relacionada com a emergência em causa e sobre as medidas de proteção a tomar.</p>
<b>Aviso e Alerta, Sistema de</b>	<p>Conjunto organizado de recursos humanos e meios técnicos que tem como funções divulgar os procedimentos a adotar por uma população face a situações de perigo e manter informada a população da área eventualmente afetada, da iminência, ocorrência ou evolução de uma situação de perigo.</p>

## B

Conceito	Descrição
<b>Bacia Hidrográfica</b>	<p>Área que drena para determinada secção dum rio. Significa que toda a chuva que cai dentro dessa área é conduzida para o mesmo ponto.</p>
<b>Barragem</b>	<p>Estrutura construída numa secção de um rio com a finalidade de armazenar água ou de regular caudais de um rio.</p>
<b>Boca de Incêndio</b>	<p>Hidrante, normalmente com uma única saída. Pode ser armada, destinando-se ao ataque direto a um incêndio. Pode ser exterior não armada, destinando-se ao reabastecimento dos veículos de combate aos incêndios. Neste caso deve existir uma válvula de suspensão no ramal de ligação que a alimenta, para fecho deste em caso de avaria. Pode ser interior não armada, destinando-se ao combate a um incêndio recorrendo aos meios dos bombeiros.</p> <p>Armada: Hidrante que dispõe de uma mangueira munida de agulheta, com suporte adequado e válvula interruptora para a alimentação de água, inserido numa instalação hidráulica para serviço de incêndios privativa de um edifício ou de um estabelecimento.</p> <p>Tipo Carretel: boca de incêndio armada cuja mangueira é semirrígida e está enrolada num suporte tipo carretel. Deve estar em conformidade com a NP EN 671-1. Trata-se de um meio de 1.ª intervenção em caso de incêndio.</p> <p>Tipo Teatro: boca de incêndio armada cuja mangueira é flexível. Deve estar em conformidade com a NP EN 671-2. Trata-se de um meio de 2.ª intervenção em caso de incêndio.</p>
<b>Bombeiro</b>	<p>Indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros, tem por atividade cumprir as missões do corpo de bombeiros, nomeadamente a proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.</p>



Conceito	Descrição
	Nos municípios podem existir corpos de bombeiros profissionais (bombeiros sapadores), Corpos de bombeiros mistos (bombeiros profissionais e bombeiros voluntários), Corpos de bombeiros voluntários (pertencem a uma associação humanitária de bombeiros) e Corpos de bombeiros privados.
<b>Briefing</b>	Ato de fornecer por antecipação instruções de atuação específica ou informação útil à atuação dos agentes operacionais envolvidos.
<b>Busca e Salvamento</b>	Conjunto de operações com a finalidade de localizar e recuperar vítimas de um acidente grave ou catástrofe colocando seres humanos e animais a salvo em local seguro e adequado. É frequente a utilização de aeronaves, embarcações de superfície, submarinos e qualquer outro tipo de equipamento especial, para o socorro, busca e salvamento em mar e em terra.

## C

Conceito	Descrição
<b>Calamidade, Declaração de</b>	<p>Face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave e/ou catástrofe, e à sua previsível intensidade, a declaração feita em resultado do reconhecimento da necessidade de adotar medidas de caráter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos.</p> <p>O ato de declarar a situação de calamidade corresponde ao reconhecimento da adoção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar o grau mais elevado de perigo, atual ou potencial (quando inserido numa cadeia com grau crescente de perigo: alerta, contingência e calamidade).</p> <p>A declaração da situação de calamidade é da competência do Governo e reveste a forma de resolução do Conselho de Ministros.</p> <p>A declaração da situação de calamidade pode reportar-se a qualquer parcela do território, adotando um âmbito inframunicipal, municipal, supra municipal ou nacional.</p> <p>A resolução do Conselho de Ministros que declara a situação de calamidade menciona expressamente a natureza do acontecimento que originou a situação declarada, o âmbito temporal e territorial, a estrutura de coordenação e controlo dos meios e recursos a disponibilizar, os procedimentos de inventariação dos danos e prejuízos provocados e os critérios de concessão de apoios materiais e financeiros.</p>
<b>Catástrofe</b>	É o acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e eventualmente vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em determinadas áreas ou na totalidade do território nacional.
<b>Célula (de Combate, de Logística, de Planeamento)</b>	<p><b>De Combate:</b> Parte da estrutura do Posto de Comando de Operações (PCO) responsável pela gestão direta sobre todas as atividades e prioridades táticas.</p> <p><b>De Logística:</b> Parte da estrutura do Posto de Comando de Operações (PCO) responsável pelo apoio à organização do Teatro de Operações, providenciando e gerindo todas as necessidades respeitantes a abastecimentos e equipamentos.</p> <p><b>De Planeamento:</b> Parte da estrutura do Posto de Comando de Operações (PCO) responsável pela recolha, processamento e difusão das informações necessárias à tomada das decisões.</p>





Conceito	Descrição
<b>Cenário</b>	Representação simplificada da realidade com a função de ajudar a compreender os problemas e a gravidade dos mesmos. Na área da proteção civil, constitui um elemento base de planeamento de emergência no qual se descreve a progressão hipotética das circunstâncias e dos eventos. A sua conceção tem por objetivo ilustrar as consequências dos impactos, mas especialmente a conceção das decisões e das operações de emergência (Alexander, D., 2002).
<b>Centros de Coordenação Operacional</b>	<p>Estruturas de coordenação, criadas no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), as quais em caso de acidente grave ou catástrofe, ou na sua iminência, desencadeiam operações de proteção civil, de harmonia com os planos de emergência previamente elaborados, com vista a possibilitar a unidade de direção das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de caráter excecional a adotar.</p> <p>Consoante a natureza do fenómeno e a gravidade e extensão dos seus efeitos previsíveis, são chamados a intervir centros de coordenação operacional de nível nacional, regional ou distrital, especialmente destinados a assegurar o controlo da situação com recurso a centrais de comunicações integradas e eventual sobreposição com meios alternativos.</p> <p>Os CCO'S integram representantes das entidades cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto, assim como o Comando Operacional das Operações de Socorro através dos Comandos Operacionais da estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).</p>
<b>Cheia</b>	<p>Acentuada subida do nível da água num curso de água, lago, reservatório ou região costeira.</p> <p>~Anual: Caudal máximo de escoamento durante o período de um ano.</p> <p>~Máxima Prevista: A cheia mais forte que se prevê, considerando todos os fatores geográficos, meteoro lógicos, hidrológicos e geológicos pertinentes.</p> <p>~ Referencial: Hidrógrafo para cheia ou caudal máximo adotado para a configuração de uma estrutura hidráulica segundo normas vigentes.</p> <p>~Súbita: Cheia de curta duração com uma descarga relativamente elevada. Provoca inundação e devido à sua natureza é difícil de prever.</p>
<b>Clima</b>	Síntese dos estados de tempo característicos de um determinado local ou regiões num determinado intervalo de tempo. Para definir o clima recorre-se à estatística e utilizam-se valores médios, variâncias, valores extremos, probabilidades de ocorrência, etc. O intervalo de tempo ou período utilizado deve ser suficientemente longo para que a caracterização do clima tenha significado estatístico, sendo usualmente utilizadas médias de 30 anos, conhecidas como Normais Climatológicas.
<b>Comandante das Operações de Socorro</b>	O técnico, dependente hierarquicamente do Comandante Operacional, de acordo com o nível do Posto de COMANDO Tático instalado no Teatro de Operações, responsável pelas tarefas de ataque, extinção e rescaldo de um incêndio florestal, de acordo com as faculdades que lhe são atribuídas pela legislação em vigor.



Conceito	Descrição
<b>Comando Distrital de Operações de Socorro</b>	<p>Centro de operações e comunicações para apoio e coordenação de operações de socorro no âmbito do distrito.</p> <p>Em cada distrito existe um Comando Distrital de Operações de Socorro dirigido pelo Comandante Operacional Distrital (CODIS) o qual reporta hierarquicamente ao Comandante Operacional Nacional (CONAC). O CODIS é coadjuvado pelo 2.º Comandante Operacional Distrital, podendo ainda dispor de um adjunto de operações.</p> <p>São competências dos CDOS no âmbito do SIOPS: Garantir o funcionamento, a operatividade e a articulação com todos os agentes de proteção civil do sistema de proteção e socorro no âmbito do distrito; Assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requeiram a sua intervenção; Mobilizar, atribuir e empregar o pessoal e os meios indispensáveis e disponíveis à execução das operações; Assegurar a gestão dos meios aéreos a nível distrital; Assegurar a coordenação, no respeito pela sua direção e comando próprios, de todas as entidades e instituições empenhadas em operações de socorro; Apoiar técnica e operacionalmente as comissões distritais de proteção civil.</p> <p>Compete ainda aos CDOS assegurar a articulação operacional permanente com o comandante operacional municipal.</p>
<b>Comando Nacional de Operações de Socorro</b>	<p>O CNOS é a estrutura de comando de operações da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) dispõe de uma estrutura operacional própria, competindo-lhe, nos termos da lei, assegurar o comando operacional das operações de socorro e ainda o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros de acordo com o previsto no regime jurídico dos bombeiros portugueses. Integram o CNOS o Comandante Operacional Nacional, o 2.º Comandante Operacional Nacional e dois adjuntos de operações.</p> <p>O CNOS acompanha diariamente a situação e o empenhamento de meios e recursos, a nível nacional, em estreita articulação com a Direção-Geral de Recursos Florestais (DGRF), a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Instituto de Meteorologia (IM), o ex. Instituto de Conservação da Natureza (ICN), a Polícia de Segurança Pública (PSP), as Forças Armadas (FA), a Polícia Judiciária (PJ), a Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM), o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), o Instituto da Água (INAG), o Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) e outras entidades públicas ou privadas que colaborem nesta matéria, difundindo os comunicados que se julguem necessários.</p>



Conceito	Descrição
<b>Comissão Nacional de Proteção Civil</b>	<p>É a estrutura Nacional de coordenação política em matéria de proteção civil. Estão atribuídas à Comissão um conjunto de ações de apoio e apreciação das linhas gerais da política governamental de proteção civil em todos os serviços da administração, sendo também da sua competência a cooperação internacional em matéria de proteção civil.</p> <p>Define as diretivas sobre a elaboração de planos de emergência sendo responsável pela sua aprovação, assim como pela aprovação de outros documentos estruturantes da Proteção Civil Nacional.</p> <p>Numa situação de acidente grave ou catástrofe desencadeia as ações previstas nos planos de emergência e as que se considerem necessárias face à situação em causa.</p> <p>A Comissão assiste o Primeiro-Ministro e o Governo no exercício das suas competências em matéria de proteção civil, nomeadamente em situação de calamidade.</p> <p>É presidida pelo Ministro da Administração Interna e dela fazem parte o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, representantes de diversos ministérios, entre outras autoridades e organismos com interesse e intervenção ao nível da Proteção Civil.</p>
<b>Comissões de Proteção Civil</b>	Órgãos de coordenação e de apoio à respetiva Autoridade Política em matéria de Proteção Civil, de escalão Nacional, Distrital ou Municipal, responsáveis por desencadear as ações previstas nos Planos de Emergência, assegurando a conduta das operações de Proteção Civil deles decorrentes.
<b>Comunicado</b>	<p>Despacho breve contendo informações concretas, relativas a uma ocorrência (desastre) ou operação.</p> <p>Existem tipos diferentes de comunicados, sendo alguns internos destinados aos Agentes de Proteção Civil emitidos pelo CNOS, e outros destinados ao exterior para a população em geral.</p>
<b>Contingência, Declaração de</b>	<p>A situação de contingência pode ser declarada quando, face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reação não mobilizáveis no âmbito municipal.</p> <p>O ato de declarar a situação de contingência corresponde ao reconhecimento da adoção de medidas adequadas e proporcionais à necessidade de enfrentar um grau de perigo, atual ou potencial, mais gravoso que a situação de alerta, mas menos gravoso que a situação de calamidade (quando inserido numa cadeia com grau crescente de perigo: alerta, contingência e calamidade).</p> <p>O poder para declarar a situação de contingência, consoante a extensão territorial do acidente grave e/ou catástrofe, é da competência do Comandante Operacional Distrital de Operações de Socorro ou do Ministro da Administração Interna.</p> <p>A declaração de situação de contingência pode reportar-se a qualquer parcela do território, adotando um âmbito infra municipal, municipal, supra municipal ou nacional.</p> <p>O ato que declara a situação de contingência menciona expressamente a natureza do acontecimento que originou a situação declarada, o âmbito temporal e territorial, a estrutura de coordenação e controlo dos meios e recursos a disponibilizar, os procedimentos de inventariação dos danos e prejuízos provocados e os critérios de concessão de apoios materiais e financeiros.</p>
<b>Controlo de Cheias</b>	A gestão de recursos de água através da construção de barragens, reservatórios, diques, etc. para evitar inundações.



Conceito	Descrição
<b>Corpo de Bombeiros</b>	Unidade operacional onde se integram os bombeiros, oficialmente homologada, tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões que lhe são atribuídas.
<b>Crise</b>	Situação delicada, em que por circunstâncias de origem interna ou externa, se verifica uma rutura violenta da normalidade ou do equilíbrio dinâmico de um sistema, o que favorece a sua desorganização e descontrolo.

## D

Conceito	Descrição
<b>Dano</b>	<p>Perdas humanas (vítimas mortais, feridos, desaparecidos, desalojados), ou perdas materiais, ambientais ou funcionais.</p> <p>Depende da severidade ou intensidade de um acidente ou evento adverso.</p> <p>Os danos classificam-se em: danos humanos, materiais e ambientais.</p> <p>Os danos humanos são dimensionados em função do número de pessoas desalojadas, deslocadas, desaparecidas, feridas gravemente, feridas levemente, doentes ou vítimas mortais.</p> <p>Os danos materiais são dimensionados em função do número de edificações, instalações e outros bens danificados e destruídos e do valor estimado para a reconstrução ou recuperação dos mesmos.</p> <p>Os danos ambientais são medidos quantitativamente em função do volume de recursos financeiros necessários à reabilitação do meio ambiente. Estes danos são estimados em função do nível de: poluição e contaminação do ar, da água ou do solo; degradação, perda de solo agricultável por erosão ou desertificação; desmatamento, queimada e riscos de redução da biodiversidade representada pela flora e pela fauna.</p>
<b>Desalojado</b>	Pessoa obrigada a abandonar, temporária ou definitivamente a sua habitação, na sequência de um desastre ou por medida preventiva, a qual carece de abrigo a prover pelo Sistema.
<b>Desastre</b>	Uma perturbação séria do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas, materiais, económicas e ambientais expressivas que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade de fazer frente à situação com os seus próprios recursos.
<b>Desertificação</b>	Degradação do solo em regiões áridas, semiáridas, secas e sub húmidas resultante de diferentes fatores climáticos. A UNCCD (United Nations Convention to Combat Desertification) define degradação do solo como a redução ou perda da produtividade biológica ou económica na composição de colheitas, pastagens, florestas e outras regiões arborizadas resultantes do uso da terra ou de processos com origem em atividades humanas, tais como: Erosão do solo causada pelo vento e/ou água; Deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou económicas do solo; Perda progressiva da vegetação natural.



E	
Conceito	Descrição
<b>Efeito Dominó</b>	Uma situação em que a localização e a proximidade de estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, são tais que podem aumentar a probabilidade e a possibilidade de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas ou agravar as consequências de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas ocorridos num desses estabelecimentos.
<b>Emergência</b>	“Um acontecimento inesperado que coloca a vida e/ou a propriedade em perigo e exige uma resposta imediata através dos recursos e procedimentos de rotina da comunidade. Exemplos: um acidente envolvendo vários automóveis com feridos ou mortos; um incêndio causado por um relâmpago que se espalha a outros edifícios”. (Drabek 1996, Sessão 2, p. 3)
<b>Emergência, Gestão da</b>	Organização e gestão de recursos e responsabilidades para lidar com todos os aspetos da emergência, em particular no que respeita à preparação, resposta e recuperação.  A gestão da emergência envolve normalmente o esforço e empenho de entidades públicas, privadas e voluntárias, que atuam de forma coordenada, de modo a dar resposta ao largo espectro de necessidades usualmente existentes aquando de uma emergência.
<b>Epicentro</b>	O ponto na superfície da Terra, exatamente na vertical do hipocentro. Interseção da vertical que passa pelo foco sísmico com a superfície da Terra.
<b>Erosão</b>	Desgaste e transporte de elementos do solo pela ação da água, glaciares, vento e ondas.
<b>Escala de Richter</b>	Escala que mede a quantidade de energia libertada de um sismo com base em observações recolhidas através de equipamento sísmico. São escalas abertas pois não têm mínimo nem máximo. O valor máximo até hoje medido num sismo é de 9,5 (sismo de Chile em 1960). Os valores de magnitude também podem ser negativos.
<b>Estabelecimento de Nível Superior de Perigosidade</b>	O estabelecimento onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às quantidades indicadas na col. 3 das partes 1 e 2 do anexo I ao Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, que dele faz parte integrante, ou quando a regra da adição assim o determine.
<b>Evacuação</b>	Procedimento que consiste na recolha, transporte e alojamento de pessoas e bens, do local onde ocorreu ou haja risco de ocorrer um sinistro, para um local seguro.
<b>Evaporação</b>	Água perdida para a atmosfera sob a forma de vapor de água.
F	
Conceito	Descrição
<b>Fenómenos Naturais</b>	Fenómenos com origem na natureza tais como: sismos, erupções vulcânicas, incêndios florestais ou inundações. Os fenómenos naturais podem dar origem a desastres ou catástrofes naturais.
<b>Ferido</b>	Vítima de acidente.  Grave: Vítima de acidente cujos danos corporais obriguem a um período de hospitalização superior a 24 horas.  Leve: Vítima de acidente que não seja considerada ferida grave.
G	
Conceito	Descrição



Conceito	Descrição
<b>Grande Barragem</b>	A barragem de altura igual ou superior a 15 m, medida desde a cota mais baixa da superfície geral das fundações até à cota do coroamento, ou de altura igual ou superior a 10 m cuja albufeira tenha uma capacidade superior a 1 hm <sup>3</sup> .
<b>Grande Incêndio Florestal</b>	Ocorrência verificada em zona arborizada e/ou de incultos, cuja área total ardida é igual ou superior a 100 hectares.
<b>Grupo de Combate</b>	Unidade operacional base, chefiado por um graduado, integrando até cinco grupos de intervenção.

## H

Conceito	Descrição
<b>Hidrologia</b>	Ciência que estuda as águas superficiais e subterrâneas da terra, a sua formação, circulação e distribuição no tempo e no espaço, as suas propriedades biológicas, físicas e químicas e interações com o ambiente e com os seres vivos.
<b>Humidade Relativa</b>	A uma determinada pressão e temperatura, é a relação percentual entre a fração molar do vapor de água e a fração molar que o ar teria se estivesse saturado de água à mesma pressão e temperatura.

## I

Conceito	Descrição
<b>Incêndio</b>	<p>(1) Combustão livre, sem controlo, no espaço e no tempo.</p> <p>(2) Libertação simultânea de calor, luz e chama, gerada pela combustão de material inflamável, sem controlo no espaço e no tempo.</p> <p>Circunscrito Incêndio impedido de avançar e propagar-se para fora dos limites já atingidos.</p> <p>Dominado Incêndio que atingiu uma fase em que as chamas já não afetam os combustíveis vizinhos nos mecanismos de transmissão de calor (não há propagação, não existem grandes chamas).</p> <p>Extinto Situação onde os principais focos de incêndio estão apagados, mantendo-se somente, dentro do perímetro, pequenos focos de combustão.</p> <p>Florestal Qualquer incêndio, que decorra em espaços florestais (arborizado ou não arborizado), não planeado e não controlado e que independentemente da fonte de ignição requer ações de supressão.</p> <p>Nascente Incêndio que eclodiu há pouco tempo em outros locais, fora do Teatro de Operações.</p> <p>Em rescaldo Operação onde se elimina ou se isola pequenos focos de combustão, garantindo-se que o mesmo não reacende.</p> <p>Urbano e industrial Incêndio que tenha lugar em qualquer tipo de edificação ou em instalações industriais.</p>
<b>Informação Pública</b>	Visa esclarecer as populações sobre a natureza e os fins da proteção civil, consciencializá-las das responsabilidades que recaem sobre cada instituição ou indivíduo e sensibilizá-las em matéria de autoproteção.
<b>Intensidade</b>	Medida quantitativa ou qualitativa da severidade de um fenómeno (natural, com origem humana ou tecnológica) ocorrido em determinado local.



Conceito	Descrição
<b>Intensidade Sísmica</b>	<p>A classificação da severidade do movimento do solo provocado por um sismo numa área limitada, com base nos efeitos observados em pessoas, objetos, estruturas e na natureza. A intensidade sísmica depende de um conjunto de fatores em que se destacam a energia sísmica libertada, a distância ao epicentro e a geologia local.</p> <p>A intensidade é referida em numeração romana de acordo com uma escala de intensidades.</p> <p>São exemplos de escalas de intensidade sísmica a Escala de Mercalli e a Escala Macrossísmica Europeia.</p> <p>Existem três fatores que contribuem para aumentar a intensidade sísmica de um dado local. São eles: a magnitude do sismo, a proximidade do foco e o grau de agregação do solo. A influência dos dois primeiros fatores é evidente, mas a do terceiro é igualmente importante. Por exemplo, solos arenosos pouco consolidados tendem a amplificar os movimentos do solo, aumentando assim o grau de destruição. A situação pode ainda ser mais séria se os sedimentos tiverem um elevado conteúdo em água, caso em que pode ocorrer a liquefação do solo. Logo após a ocorrência de um sismo são distribuídos inquéritos às populações afetadas onde são pedidas informações que são depois utilizadas para determinar a intensidade em cada local. Estas intensidades são depois representadas sob a forma de mapas onde são desenhadas isolinhas de intensidade (chamadas isossistas) da mesma forma que as linhas de nível são usadas para fazer mapas topográficos.</p>
<b>Inundação</b>	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água ou acumulação de água proveniente de drenagens, em zonas que normalmente não se encontram submersas.
<b>Inundação Urbana</b>	Aumento do nível da água proveniente de precipitações que se acumulam dada a capacidade do sistema de drenagem (natural ou artificial) não ser suficiente para a sua evacuação.

**J**

Conceito	Descrição
<b>Jusante</b>	Posição na direção da foz do rio.

**L**

Conceito	Descrição
<b>Leito de Cheia</b>	Alargamento do leito maior de um curso de água que só é ocupado em períodos de cheias.

**M**

Conceito	Descrição
<b>Magnitude</b>	<p>O parâmetro que caracteriza o tamanho relativo de um sismo e está diretamente relacionada com a energia libertada no foco.</p> <p>O seu cálculo baseia-se no valor do movimento máximo do solo registado por um sismógrafo e faz-se pela medição da amplitude das ondas sísmicas nos sismogramas, para distâncias conhecidas entre o epicentro e a estação sísmica. A magnitude expressa-se numa escala logarítmica, o que significa que o aumento de uma unidade da magnitude corresponde a um aumento de 10 da amplitude das ondas sísmicas que estiveram na base da sua determinação. Existem várias maneiras de calcular a magnitude de um sismo, dependendo se se utilizam ondas volúmicas ou superficiais para a sua determinação.</p>





Conceito	Descrição
<b>Mapa de Risco de Incêndio Florestal</b>	O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa o leitor acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. O mapa de risco de incêndio florestal é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão. Ambos resultados – mapa de perigosidade e mapa de risco – devem apresentar-se em 5 classes. A formulação do modelo não permite definir, previamente, um conjunto de intervalos de valores fixos aplicáveis a todos os concelhos de forma indiscriminada. O mapa de perigosidade é equivalente ao que, frequentemente, se produz sob a designação de mapa de risco. Desse modo, é o mapa de produção e leitura mais habitual, produzindo resultados com os quais está já, seguramente, familiarizado. O mapa de risco é um produto novo em incêndios florestais e poderá resultar num mapa que levante dúvidas em função da tradição na designação dos mapas.
<b>Mercadorias Perigosas</b>	As matérias e objetos cujo transporte é proibido segundo o RPE ou autorizado apenas nas condições aí previstas.
<b>Mitigação</b>	Medidas estruturais e medidas não estruturais empreendidas antes da ocorrência de uma ameaça natural, tecnológica ou originada pelo Homem. O objetivo é limitar (eliminar ou reduzir) o impacto adverso dessa ameaça na sociedade e no ambiente.
<b>Mitigação de Cheias por Meios Não Estruturais</b>	Sistema para a redução dos efeitos das cheias utilizando meios não estruturais, v.g. ordenamento do território e sua ocupação (localização das lezírias), sistemas de pré-aviso, seguros contra inundações.
<b>Monitorização</b>	Sistema que permite a observação, medição e avaliação continua do desenvolvimento de um processo ou fenómeno, visando garantir respostas adequadas e oportunas.
<b>Montante</b>	Posição na direção da nascente do rio.

## N

Conceito	Descrição
<b>Nevoeiro</b>	Suspensão de pequenas gotículas de água na atmosfera, que reduzem a visibilidade horizontal, a valores inferiores a 1 km.
<b>Nível de Alarme de Cheia</b>	Nível de água que se considera perigoso e a partir do qual se dá sinal de alerta.
<b>Nível Máximo de Descarga</b>	Descarga máxima para um hidrograma de cheia.





Conceito	Descrição
<b>Normais Climatológicas</b>	<p>Médias de 30 anos de elementos meteorológicos utilizados para definir o clima de um local ou região. São assim designadas por se considerar que, com um valor mínimo de 30 anos, as variáveis meteorológicas seguem aproximadamente a distribuição normal ou gaussiana. As normais climatológicas que se iniciam, por exemplo, a 1 de janeiro de 1941 terminam a 31 de dezembro de 1970; as normais seguintes iniciam-se a 1 de janeiro de 1951 e terminam a 31 de dezembro de 1980, e assim sucessivamente.</p> <p>As normais incluem as médias anuais e mensais de 30 anos da pressão atmosférica, da temperatura média, mínima e máxima do ar, da precipitação, da humidade relativa do ar, da nebulosidade, da insolação, da evaporação, da frequência e intensidade do vento por rumo. Incluem ainda os extremos dos valores diários da temperatura do ar e os máximos diários da precipitação para cada mês, nesses 30 anos.</p> <p>Incluem, também, o número de dias em que a temperatura do ar, a intensidade do vento, a nebulosidade e a precipitação ultrapassaram determinados limites, e o número de dias em que ocorreu neve, granizo ou saraiva, trovoadas, nevoeiro, orvalho e geada.</p>
<b>O</b>	
Conceito	Descrição
<b>Objetivo Tático</b>	Operação necessária para alcançar os objetivos específicos determinados pela estratégia.
<b>Ocorrência</b>	Evento que requer a intervenção especializada de equipas de socorro em caso de emergência.
<b>Onda de Calor</b>	Segundo a definição da Organização Meteorológica Mundial (WMO) ocorre uma onda de calor quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas diárias no período de referência (1961-1990). As ondas de calor são relativamente frequentes em Portugal. A onda de calor com maior duração, registada em Portugal desde 1941, variou entre 16 e 17 dias em julho/agosto de 2003.
<b>Onda de Frio</b>	Segundo a definição da Organização Meteorológica Mundial ocorre onda de frio quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas diárias no período de referência (1961-1990).
<b>Ordenamento do Território</b>	Resultado da implementação espacial coordenada das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. É simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto. Deve articular múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais e dentro destes, garantir a articulação e coordenação horizontal e vertical dos vários setores e níveis da administração com competências no território. Deve também, ter em atenção a especificidade dos territórios, a diversidade das suas condições socioeconómicas, ambientais, dos seus mercados conciliando todos os fatores intervenientes da forma mais racional e harmoniosa possível.



P	
Conceito	Descrição
<b>Perigo</b>	A ameaça de um evento com potencial para constituir um desastre ou uma catástrofe, o qual pode ser representado por uma probabilidade de ocorrência e magnitude do fenómeno.
<b>Perigosidade</b>	Probabilidade associada à ocorrência de um evento potencialmente perigoso, considerando um determinado período de tempo e um lugar determinado.
<b>Perigosidade Sísmica</b>	<p>A Perigosidade Sísmica é a descrição estatística da probabilidade de ocorrência de um determinado nível de um parâmetro sísmico relacionável com a destruição de vidas e bens (Intensidade, aceleração, Velocidade, etc..) numa dada região.</p> <p>A determinação da perigosidade sísmica pode ser feita em quatro passos sucessivos: (1) determinação de fontes sísmicas; (2) Modelo de ocorrência temporal; (3) Modelo de atenuação e (4) Combinação de informação.</p>
<b>Período de Retorno</b>	Tempo que decorre em média, entre duas ocorrências de um nível especificado do movimento do solo (Parâmetro do sismo que quantifica os seus efeitos no local: aceleração; intensidade macro sísmica), para um determinado local.
<b>Plano de Contingência</b>	<p>(1) A componente do plano de emergência que contem os procedimentos imediatos de resposta em caso de catástrofe.</p> <p>(2) O conjunto de ações sequencia que devem ser cumpridas por cada grupo de trabalho durante as várias etapas da gestão da emergência, bem como os procedimentos e os recursos disponíveis para tal.</p> <p>Para cada cenário de risco específico deve haver um plano de contingência.</p> <p>(3) Procedimentos operativos específicos e preestabelecidos para a coordenação, alerta, mobilização e resposta perante a manifestação ou a iminência de um fenómeno perigoso particular para o qual se têm cenários de efeitos definidos.</p>
<b>Plano de Emergência</b>	Documento que reúne as informações e estabelece os procedimentos que permitem organizar e empregar os recursos humanos e materiais disponíveis, em situação de acidente grave ou catástrofe. Existem planos de emergência Municipais, Distritais e Nacionais. Existem ainda os planos Gerais e os Especiais quando para uma determinada área, um risco específico o justifique.
<b>Plano Diretor Municipal</b>	Plano municipal de ordenamento do território, que abrange todo o território municipal e que, com base na estratégia de desenvolvimento local, estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como parâmetros de ocupação, considerando a implantação dos equipamentos sociais e desenvolve a qualificação dos solos urbano e rural.
<b>Plano Especial de Ordenamento do Território</b>	O PEOT é um instrumento de natureza regulamentar elaborado pela administração central. Constitui um meio supletivo de intervenção do Governo, tendo em vista a prossecução de objetivos de interesse nacional com repercussão espacial, estabelecendo regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território. PEOT é o plano de ordenamento de áreas protegidas, o plano de ordenamento de albufeiras de águas públicas bem como de ordenamento da orla costeira. O PEOT visa a salvaguarda de objetivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada bem como a tutela de princípios fundamentais consagrados no programa nacional da política de ordenamento do território não asseguradas por plano municipal de ordenamento do território eficaz.



Conceito	Descrição
<b>Plano Municipal de Ordenamento do Território</b>	Instrumento de planeamento territorial, de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios, que estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo. Os planos municipais de ordenamento do território compreendem os planos diretores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.
<b>Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios</b>	O PNDFCI define a estratégia e um conjunto articulado de ações com vista a fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.
<b>Plano Regional de Ordenamento do Território</b>	Os Planos Regionais de Ordenamento do Território, adiante designados por PROT, são instrumentos de caráter programático e normativo visando o correto ordenamento do território através do desenvolvimento harmonioso das suas diferentes parcelas pela otimização das implantações humanas e do uso do espaço e pelo aproveitamento racional dos seus recursos. Os PROT abrangem áreas pertencentes a mais de um município, definidas quer pela sua homogeneidade em termos económicos, ecológicos ou outros, quer por representarem interesses ou preocupações que pela sua interdependência, necessitam de consideração integrada.  Os PROT têm por objetivo: a) Concretizar para a área por eles abrangida a política de ordenamento; b) Definir as opções e estabelecer os critérios de organização o e uso do espaço, tendo em conta, de forma integrada, as aptidões e potencialidades da área abrangida; c) Estabelecer normas gerais de ocupação e utilização que permitam fundamentar um correto zonamento, utilização e gestão do território, tendo em conta a salvaguarda de valores naturais e culturais; d) Estabelecer diretrizes, mecanismos ou medidas complementares de âmbito sectorial que forem consideradas necessárias à implementação do PROT. A elaboração de um PROT é da competência do Ministério do Planeamento e Administração do Território, através da competente comissão de coordenação regional, com a colaboração da respetiva comissão consultiva e dos departamentos da administração central interessados, bem como dos municípios abrangidos. Os PROT são aprovados por resolução do Conselho de Ministros.
<b>Ponto de Água</b>	(1) Zona alagada artificial, com água proveniente de qualquer forma de precipitação atmosférica ou de cursos de água, normalmente usada como ponto de abastecimento em caso de incêndio, para rega e para bebedouro.  (2) Qualquer massa de água estrategicamente localizada e permanentemente disponível para a utilização em DFCL, através de bombas, queda gravítica, veículos terrestres, meios aéreos ou outros. Subdividem-se em estruturas de armazenamento de água, planos de água e tomadas de água.
<b>Ponto de Situação</b>	Informação referente a um dado momento sobre os efeitos das atividades de supressão do acidente e do estado dos meios e recursos envolvidos.
<b>Posto de Comando Operacional</b>	Em situação de acidente grave ou catástrofe é criado o Posto de Comando Operacional como órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o responsável das operações na preparação das decisões e na articulação dos meios no teatro de operações.  O Posto de Comando Operacional tem por missões genéricas a recolha e o tratamento operacional das informações; a preparação das ações a desenvolver; a formulação e a transmissão de ordens, diretrizes e pedidos; o controlo da execução das ordens; a manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues e a gestão dos meios de reserva.



Conceito	Descrição
<b>Posto de Vigia</b>	Os postos de vigia têm por objeto a deteção imediata dos incêndios florestais bem como o acompanhamento da sua evolução. O conjunto de postos de vigia está organizado sob a forma de rede nacional de postos de vigia (RNPV).
<b>Pré-Hospitalar</b>	Atividade médica constituída por todas as unidades e instalações móveis ou fixas de saúde, que atuam em condições de emergência, antes da entrada do paciente urgente no hospital.
<b>Precipitação</b>	Libertação de água proveniente da atmosfera sobre a superfície da Terra, sob a forma de chuvisco, chuva, granizo, saraiva ou neve.
<b>Prejuízo</b>	Quantificação em termos de valor económico, social e patrimonial de um determinado bem, em caso de Catástrofe. Os prejuízos económicos estimados, devem ser comparados com a capacidade económica do município afetado ou em termos de Produto Interno Bruto-PIB.
<b>Prevenção</b>	(1) Conjunto de medidas destinadas a impedir ou evitar que fenómenos naturais, atividades industriais ou outras desenvolvidas pelo homem, possam provocar catástrofes. (2) As medidas desenhadas para proporcionar proteção efetiva dos efeitos de uma catástrofe. Inclui medidas estruturais como os projetos de engenharia, de legislação sobre o uso da terra, água e do ordenamento urbano. (3) Atividades essenciais de proteção civil onde se procuram as alternativas conducentes a minimizar o risco, quer seja evitando a sua ocorrência quer seja eliminando os danos do mesmo. As atividades de monitorização dos riscos e as ações de vigilância, identificação das zonas vulneráveis, os sistemas de alerta precoce ou a evacuação de populações em áreas ameaçadas, são exemplos de medidas de prevenção.
<b>Previsão</b>	(1) A determinação de possíveis ameaças e as condições de vulnerabilidade de uma comunidade. (2) Ação que se empreende para avaliar os recursos de que se dispõe, com o objetivo de definir as medidas necessárias que permitam o uso racional nas ações de contingência.
<b>Primeira Intervenção</b>	É a ação desenvolvida de imediato no início de um incêndio, por qualquer cidadão. Ação de combate a um incêndio nascente desenvolvida pelos primeiros meios a chegar ao local de eclosão.
<b>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</b>	É o instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia. Em 28 de dezembro de 2006, o Governo aprovou a proposta de Lei que aprova o PNPT. A apresentação desta proposta à Assembleia da República, nos termos da alínea d) do artigo 197 da Constituição, representa o culminar de um longo processo de elaboração e constitui um passo decisivo para se concluir o edifício normativo de enquadramento das diversas políticas sectoriais com incidência territorial e de todos os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal.



Conceito	Descrição
<b>Proteção Civil</b>	<p>A atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.</p> <p>No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, a atividade de proteção civil pode ser exercida fora do território nacional, em cooperação com Estados estrangeiros ou organizações internacionais de que Portugal seja parte.</p> <p>As atividades de proteção civil exercem-se nos domínios: do levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos; Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco; Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações; Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional; Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais; g) Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.</p>

## Q

Conceito	Descrição
<b>Qualidade da Água</b>	Propriedades físicas, químicas, biológicas e organoléticas da água.

## R

Conceito	Descrição
<b>Reabilitação</b>	<p>(1) Fase inicial de reparação dos danos físicos, sociais e económicos, compreendendo as ações desenvolvidas após as operações de resposta à catástrofe.</p> <p>(2) Etapa que antecede a fase de reconstrução e tem por função restabelecer o funcionamento das infraestruturas vitais como a energia, água, rede viária, telecomunicações e outros serviços básicos como os de prestação de cuidados de saúde e abastecimento de alimentação à população.</p>
<b>Reconhecimento</b>	Em caso de catástrofe, a missão desenvolvida com o objetivo de obter, por observação visual ou por outros métodos de deteção, informação acerca dos danos e recursos existentes numa determinada área.
<b>Rede de Comunicações</b>	Conjunto de postos de comunicação que partilham o mesmo canal ou os mesmos canais.
<b>Réplicas</b>	O nome que se dão aos sismos que se seguem ao sismo principal e que se originam junto da zona onde se gerou o sismo principal, decrescendo de frequência e magnitude com o tempo. Geralmente seguem padrões razoavelmente definidos. Durante vários anos podem ser geradas réplicas após um sismo de grande magnitude (em inglês: aftershocks).
<b>Resiliência</b>	A propriedade que um sistema possui para absorver e usar com benefício para si, as alterações introduzidas pelo impacto de uma catástrofe.
<b>Resposta</b>	Conjunto de decisões e de ações tomadas durante e depois da catástrofe, que incluem o socorro, reabilitação e reconstrução imediatos.



Conceito	Descrição
<b>Risco</b>	A possibilidade de ocorrerem perda de vidas humanas, bens ou capacidade produtiva quando estes elementos são expostos a um evento destrutivo. O nível de risco depende especialmente da vulnerabilidade dos elementos expostos a um perigo.
<b>Risco de Incêndio</b>	Probabilidade de que se produza um incêndio numa determinada zona, como resultado da presença ou atividade de agentes causativos.
<b>Risco Sísmico</b>	Probabilidade para um período de tempo de referência para que ocorram perdas de vítimas humanas, de bens, afetação da atividade de produção que pode ser expressa em percentagem de perda. Normalmente avalia-se para uma região e resulta da conjugação entre o perigo sísmico e a vulnerabilidade sísmica numa determinada região e num determinado período de tempo.
<b>S</b>	
Conceito	Descrição
<b>Sapador Florestal</b>	Trabalhador especializado, com perfil e formação específica adequados ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais.
<b>Seca</b>	Período em que a humidade do solo é deficitária, de tal forma que as necessidades das plantas, animais e os seres humanos não podem ser satisfeitas.
<b>Segurança</b>	Convicção de que o risco de ocorrer um acidente ou catástrofe foram reduzidos em consequência da adoção de medidas minimizadoras do risco.
<b>Sensibilização Pública</b>	(1) Informação destinada à população em geral, com o objetivo de aumentar os níveis de consciência relativamente aos riscos potenciais e às medidas a implementar para reduzir a sua exposição à ameaça. (2) O processo de informar as populações em geral, contribuindo para a consciência pública sobre os riscos existentes e sobre a necessidade de saber como devem agir para reduzir ou minimizar o grau de exposição à ameaça. Estas ações são importantes para criar uma cultura de segurança e de redução do risco. Aqui se incluem as ações de informação pública disseminadas via rádio, televisão, campanhas ou programas escolares ou através da motivação do público-alvo para a participação em ações públicas.
<b>Simulacro</b>	Representação das ações previamente planeadas para enfrentar a catástrofe. A sua programação assenta num cenário concebido com base em estudos de análise de risco, tendo-se em consideração nestas análises, a probabilidade da ameaça e as vulnerabilidades do sistema em teste. "Exercício de Simulacro: Representação o mais realista possível, de um desastre provável, durante o qual são testadas as normas, os procedimentos, o grau de treino das equipas, o planeamento de emergência e outros dados que permitam o aperfeiçoamento das ações planeadas".
<b>Sinistro</b>	(1) Grande prejuízo ou dano material. Ocorrência de prejuízo, dano ou perda causado por incêndio, naufrágio ou por outra causa. (2) Ocorrência de prejuízo, dano ou perda de um bem para o qual se fez uma apólice de seguro.
<b>Sismo</b>	Um tremor ou vibração da litosfera e acontece quando as rochas que a constituem, sujeitas a forças que as deformam continuamente, faturam ao longo de uma falha. Podem ter origem tectónica, vulcânica e, mais raramente, antrópica.  Todos os anos ocorrem, em todo o mundo, cerca de 100 sismos com magnitudes entre 6 e 7 graus.





Conceito	Descrição
<b>Sistema de Comando Operacional</b>	Forma de organização que se aplica, exclusivamente para fins operacionais e que é desativada quando termina a ocorrência que lhe deu origem.
<b>Sistema de Proteção Civil</b>	<p>Conjunto de Serviços e Órgãos do Estado diretamente responsáveis pela execução da Política de Proteção Civil aos vários níveis, pelos Agentes de Proteção Civil e pelas entidades públicas e privadas com dever especial de colaboração na matéria.</p> <p>Integram o Sistema o Conselho Nacional de Proteção Civil, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e suas representações distritais, os Serviços Regionais, os Serviços Municipais e os Serviços dependentes do Sistema da Autoridade Marítima, o Sistema de Busca e Salvamento Aéreo e o Sistema de Busca e Salvamento Marítimo.</p>
<b>Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH)</b>	<p>Sistema de monitorização dos recursos hídricos que permite saber em quase tempo-real o estado hidrológico dos rios e albufeiras do país (níveis de água, caudais e volumes armazenados) e alguma informação meteorológica. Baseia-se numa rede de estações de medição com teletransmissão automática, e numa estrutura informática para armazenamento, disseminação da informação e emissão de alertas.</p> <p>Este sistema destina-se principalmente às entidades com responsabilidades na área da hidrologia e das catástrofes naturais.</p>
<b>Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro</b>	<p>(1) Organização de estruturas, normas de atuação e procedimentos que, em situação de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, assegura a direção e coordenação do socorro, organizando o teatro de operações articulando sob um comando único de operações os agentes de Proteção Civil.</p> <p>O SIOPS centraliza a coordenação de operações nos Centros de Coordenação Operacional (CCO) de âmbito nacional e distrital, cujo funcionamento é da responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil, que garante os recursos humanos, materiais e informacionais necessários.</p> <p>(2) O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) foi criado em Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, Diário da República, 1ª série n.º 142 em resposta à necessidade de reorganizar o Sistema de Proteção Civil permitindo às Autoridades envolvidas nas ações de Socorro de Proteção Civil pudessem adotar medidas de socorro para situações de acidentes graves ou catástrofes que não exijam as medidas extremas dos estados de sítio ou emergência.</p>
<b>Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos</b>	<p>É o sistema de base de dados e de modelos da rede de monitorização de recursos hídricos do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do desenvolvimento regional de Portugal.</p> <p>O SNIRH armazena dados hidrometeorológicos e da qualidade da água (superficiais, subterrâneas e do litoral) que são disponibilizados via Internet (<a href="http://snirh.inag.pt">http://snirh.inag.pt</a>). Os dados do SNIRH são recolhidos numa rede composta por estações, convencionais e automáticas, hidrométricas (instaladas em rios e albufeiras), meteorológicas, udométricas, piezométricas e de qualidade da água.</p> <p>Este sistema também disponibiliza sínteses temáticas, relatórios técnicos, cartografia, normativos legislativos (nacionais, europeus e mundiais) e documentos e fotografias relacionados com recursos hídricos. Tem atualmente três subsistemas: SNIRH-LIT (litoral), SNIRH-JÚNIOR (juvenil) e SVARH (Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos).</p> <p>Armazena cerca de 70 GB de informação e tem cerca de 600 visitas/dia (estudantes, investigadores, professores, projetistas, empresas, meios de comunicação social e administração pública).</p>



Conceito	Descrição
<b>Sítio Web</b>	Conjunto de hipertextos organizados por uma determinada pessoa ou organização, armazenados e disponibilizados na World Wide Web (WWW).
<b>SMS</b>	Short Message Service - Serviço de troca de mensagens curtas, comum nas redes de comunicações móveis. Possibilita o envio/receção de mensagens de texto ou de pequenos grafismos.
<b>Socorro</b>	Assistência e/ou intervenção durante ou depois da catástrofe para fazer face às primeiras necessidades de sobrevivência e de subsistência. Pode ser de emergência ou de duração prolongada.

## T

Conceito	Descrição
<b>Tática</b>	Organização dos meios de ação com o fim de concretizar os objetivos definidos pela estratégia.
<b>Teatro de Operações</b>	Área onde se desenvolvem as operações de socorro relativas a uma ocorrência.
<b>Trovoada</b>	Fenómeno meteorológico caracterizado pela ocorrência de "relâmpagos", que é a luz que resulta da incandescência do ar, e "trovões" que resultam da expansão brusca do ar.

## V

Conceito	Descrição
<b>Vigilância</b>	Observação dos espaços florestais, por pessoas destinadas a esse fim (vigilantes), exercida de forma fixa ou móvel, com o objetivo de deteção prontamente as ocorrências de incêndios, se possível identificar os indivíduos que, por negligência ou intencionalmente, os provocaram, e identificar situações anómalas indiciadoras da possibilidade de ocorrência de incêndio. Após rescaldo Operação que se realiza após o rescaldo de grandes incêndios destinada a garantir que não surgem reacendimentos. Terrestre fixa A vigilância terrestre fixa faz-se em postos de vigia, situados em pontos altos com uma boa visibilidade do território, tornando possível a deteção de incêndios nessa área. Terrestre móvel A vigilância terrestre fixa faz-se por equipas, apeadas ou motorizadas, que percorrem as áreas florestais tendo os seguintes objetivos: - evitar que se produzam incêndios através do trabalho de vigilância. Detetar incêndios enquanto realizam o percurso. - Realizar ações de primeira intervenção em fogos nascentes. - Identificar agentes causadores de incêndios ou situações anómalas que possam estar na sua origem. Aérea armada Emprego de aerotanques em operações de vigilância aérea armada, à ordem dos CDOS devidamente articuladas e com a concordância do CNOS.
<b>Vítimas</b>	As pessoas, a comunidade que suporta os resultados infelizes da catástrofe ou do acidente por sua responsabilidade, de outrem ou do acaso.
<b>Vulnerabilidade</b>	As condições intrínsecas de um sistema que, analisadas em conjunto com a magnitude do evento catastrófico/acidente, são responsáveis pelos efeitos adversos ou danos gerados em consequência da catástrofe.





Z	
Conceito	Descrição
<b>Zonas de Apoio (ZA)</b>	<p>Definidas na organização das operações em situação de acidente grave ou catástrofe, área do teatro de operações de emergência, adjacente à Zona de Sinistro, onde se concentram os riscos e os danos.</p> <p>Em termos de organização de operações é uma zona de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios de intervenção ou onde estacionam meios de intervenção para a resposta imediata à emergência.</p> <p>Esta Zona pode ser coincidente com a Zona de Concentração e Reserva.</p>
<b>Zonas de Concentração e Reserva (ZCR)</b>	<p>Definidas na organização das operações em situação de acidente grave ou catástrofe, área do teatro de operações de emergência onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata.</p> <p>Mantém o apoio logístico e assistência pré-hospitalar e serve as concentrações e trocas de recursos pedidos pelo posto de comando operacional.</p> <p>Esta zona por vezes pode ser coincidente com a Zona de Apoio.</p>
<b>Zonas de Intervenção</b>	<p>Definidas na organização das operações em situação de acidente grave ou catástrofe, área do teatro de operações de emergência são áreas circulares, de amplitude variável e adaptadas às circunstâncias e à configuração do terreno, a qual compreende as zonas de sinistro, zonas de apoio, zonas de concentração e reserva e zonas de receção de reforços.</p> <p>As zonas de sinistro e de apoio são constituídas nas áreas consideradas de maior perigo. As zonas de apoio e as zonas de concentração e reserva podem sobrepor-se em caso de necessidade.</p>
<b>Zonas de Receção de Reforços (ZRR)</b>	<p>Definidas na organização das operações em situação de acidente grave ou catástrofe, área do teatro de operações de emergência que serve o controlo e apoio logístico, sob a responsabilidade do centro de coordenação de operações distrital (CCOD) da área onde se desenvolve o sinistro.</p>
<b>Zonas de Sinistro (ZS)</b>	<p>Definidas na organização das operações em situação de acidente grave ou catástrofe, área do teatro de operações de emergência dentro da zona de intervenção Na zona de sinistro centra-se a ocorrência. Esta zona tem acesso restrito e está apetrechada exclusivamente dos meios necessários à intervenção direta, sob a responsabilidade exclusiva do posto de comando operacional.</p>



## ACRÓNIMOS E SIGLAS

A	
<b>ACES</b>	Agrupamento de Centros de Saúde
<b>AE</b>	Autoestrada
<b>AFN</b>	Autoridade Florestal Nacional
<b>AHBV</b>	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
<b>AMU</b>	Área Mediamente Urbana
<b>ANACOM</b>	Autoridade Nacional de Comunicações
<b>ANPC</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil
<b>ANSR</b>	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>APR</b>	Área Predominantemente Rural
<b>APU</b>	Área Predominantemente Urbana

C	
<b>CCO</b>	Centros de Coordenação Operacional
<b>CCOD</b>	Centro de Coordenação Operacional Distrital
<b>CCON</b>	Centro de Coordenação Operacional Nacional
<b>CDOS</b>	Comando Distrital das Operações de Socorro
<b>CDPC</b>	Comissão Distrital de Proteção Civil
<b>CM</b>	Caminho Municipal
<b>CMPC</b>	Comissão Municipal de Proteção Civil
<b>CNE</b>	Corpo Nacional de Escutas
<b>CNPC</b>	Comissão Nacional de Proteção Civil
<b>CNOS</b>	Comando Nacional de Operações de Socorro
<b>COAV</b>	Centro Operacional Avançado
<b>CODIS</b>	Comandante Operacional Distrital
<b>COM</b>	Comandante Operacional Municipal
<b>COS</b>	Comandante das Operações de Socorro
<b>COS</b>	Carta de Ocupação dos Solos
<b>CPX</b>	Command Post Exercise (exercícios de posto de comando)
<b>CVP</b>	Cruz Vermelha Portuguesa

D	
<b>DEM</b>	Digital Elevation Model

### ÍNDICE RÁPIDO

1

INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS PÁG 2

2

LISTA DE CONTACTOS PÁG 24

3

MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES PÁG 37

4

MODELOS DE COMUNICADOS PÁG 46

5

LISTA DE CONTROLO DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO PÁG 48



<b>DGOTDU</b>	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
<b>DGS</b>	Direção Geral de Saúde
<b>DIOPS</b>	Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro

<b>E</b>	
<b>EEEVS</b>	Elementos Estratégicos, Expostos, Vitais e/ou Sensíveis
<b>EDP</b>	Energias de Portugal
<b>EM</b>	Estrada Municipal
<b>EN</b>	Estrada Nacional
<b>ENDS</b>	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
<b>ENF</b>	Estratégia Nacional para a Floresta
<b>ENSR</b>	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
<b>EP</b>	Estradas de Portugal
<b>ER</b>	Estrada Regional
<b>ERAV</b>	Equipas Responsáveis pela Avaliação das Vítimas

<b>G</b>	
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>GIPS</b>	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro

<b>I</b>	
<b>IC</b>	Itinerário Complementar
<b>ICARO</b>	Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos
<b>ICNB</b>	Instituto de conservação da Natureza e da Biodiversidade
<b>ICNF</b>	Instituto de conservação da Natureza e das Florestas
<b>IGESPAR</b>	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
<b>IGT</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>IM</b>	Instituto de Meteorologia
<b>INAG</b>	Instituto da Água
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INEM</b>	Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>INSAAR</b>	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais
<b>IP</b>	Itinerário Principal
<b>IPMA</b>	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
<b>IPSS</b>	Instituições Particulares de Solidariedade Social



L	
<b>LIVEX</b>	Live Exercise (exercício com meios reais)
<b>LNEC</b>	Laboratório Nacional de Engenharia Civil

M	
<b>MAI</b>	Ministro da Administração Interna
<b>MP</b>	Ministério Público

N	
<b>NUT</b>	Nomenclatura de Unidade Territorial

P	
<b>PBH</b>	Plano da Bacia Hidrográfica
<b>PCO</b>	Posto de Comando Operacional
<b>PCOC</b>	Plano de Contingência para Ondas de Calor
<b>PDEPC</b>	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
<b>PDEPC</b>	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PEA</b>	Plano Estratégico de Ação
<b>PEOT</b>	Plano Especial de Ordenamento do Território
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PME</b>	Plano Municipal de Emergência
<b>PMEPC</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
<b>PMEPCS</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Sernancelhe
<b>PMOT</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território
<b>PDDFCI</b>	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PNA</b>	Plano Nacional da Água
<b>PNAAS</b>	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
<b>PNDFCI</b>	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PNPOT</b>	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PNPR</b>	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
<b>PROF</b>	Plano Regional de Ordenamento Florestal
<b>PROT</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território
<b>PROT</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
<b>PT</b>	Portugal Telecom



<b>S</b>	
<b>SAM</b>	Sistema de Avisos Meteorológicos
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SF</b>	Sapadores Florestais
<b>SGO</b>	Sistema de Gestão de Operações
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SIOPS</b>	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
<b>SIRESP</b>	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança em Portugal
<b>SMPC</b>	Serviço Municipal de Proteção Civil
<b>SMS</b>	Short Message Service
<b>SNIRH</b>	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
<b>SVARH</b>	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos

<b>T</b>	
<b>TAU</b>	Tipologia de Áreas Urbanas
<b>TO</b>	Teatro de Operações

<b>U</b>	
<b>UCI</b>	Unidade de Cooperação Internacional

<b>V</b>	
<b>VMER</b>	Viatura Médica de Emergência e Reanimação

<b>Z</b>	
<b>ZA</b>	Zona de Apoio
<b>ZCAP</b>	Zona de Concentração e Alojamento das Populações
<b>ZCL</b>	Zonas de Concentração Local
<b>ZCR</b>	Zona de Concentração e Reserva
<b>ZI</b>	Zona de Intervenção
<b>ZRI</b>	Zona de Reunião e Irradiação
<b>ZRR</b>	Zona de Receção de Reforços
<b>ZS</b>	Zona de Sinistro